



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALFENAS
GESTÃO 2013-2016

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 - 2025

2015

ANEXO III - DIAGNÓSTICO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
2.1	ASPECTOS GERAIS	7
2.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	10
2.3	ASPECTOS SOCIAIS	11
2.3.1	Pobreza e Transferência de Renda	11
2.3.2	Índice de Desenvolvimento Humano	12
2.4	ASPECTOS ECONÔMICOS	13
2.4.1	Produção	13
2.4.2	Mercado de Trabalho	14
2.5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16
2.5.1	Capacidade Técnica	16
2.5.2	Finanças	17
3	PLANOS DE EDUCAÇÃO	18
4	EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO	20
4.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	20
4.2	DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	22
4.2.1	Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade	22
4.2.1.1	Educação Infantil	22
4.2.1.2	Ensino Fundamental	23
4.2.1.3	Ensino Médio	27
4.2.1.4	Alfabetização	28
4.2.1.5	Educação em Tempo Integral	30
4.2.1.6	Aprendizado Adequado na Idade Certa	31
4.2.1.7	EJA Integrada à Educação Profissional	32
4.2.1.8	Educação Profissional	33
4.2.2	Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças	34
4.2.2.1	Educação Especial / Inclusiva	34
4.2.2.2	Elevação da escolaridade / diversidade	36
4.2.3	Valorização dos Profissionais da Educação	37
4.2.3.1	Formação dos Professores	38
4.2.3.2	Formação Continuada e Pós-Graduação	39
4.2.3.3	Remuneração do Magistério	39
4.2.3.4	Plano de Carreira	41
4.2.4	Ensino Superior	41
4.2.5	Gestão Democrática e Participação Social	43
4.2.6	Financiamento	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010	10
GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010	10
GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais	11
GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010	13
GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010	13
GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011	14
GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011.....	14
GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010	14
GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010.....	15
GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010	16
GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011	17
GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011	17
GRÁFICO 13 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola	23
GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	23
GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola	24
GRÁFICO 16 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído	24
GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola	27
GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos	27
GRÁFICO 19 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental	29
GRÁFICO 20 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.....	29
GRÁFICO 21 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.....	29
GRÁFICO 22 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	30

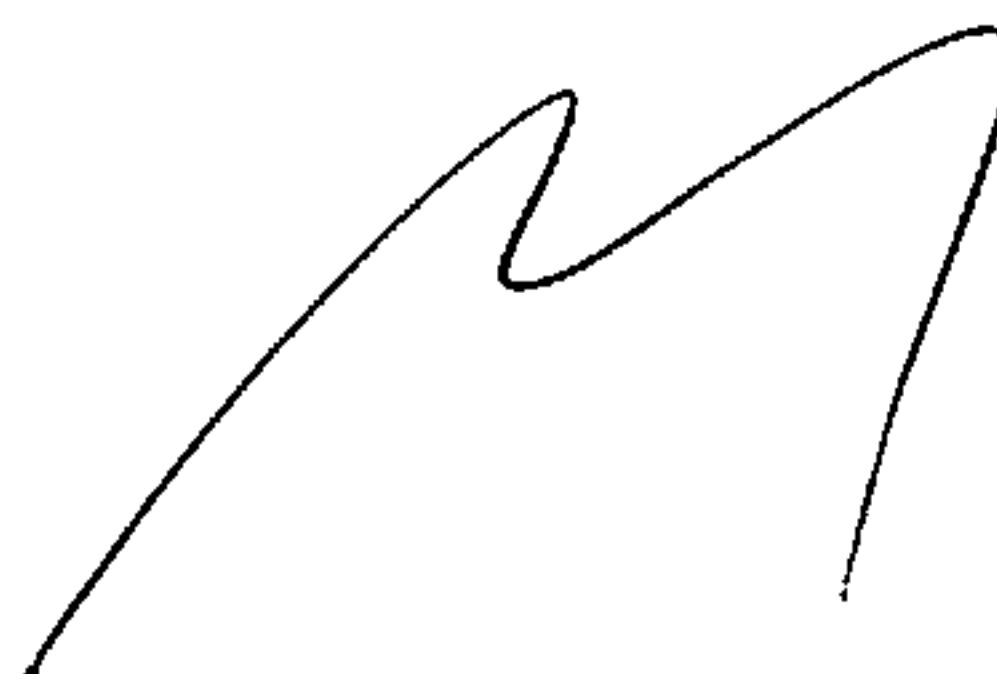
GRÁFICO 23 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	31
GRÁFICO 24 – Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	33
GRÁFICO 25 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola	35
GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	36
GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural... 36	
GRÁFICO 28 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres	37
GRÁFICO 29 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos	37
GRÁFICO 30 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu	39
GRÁFICO 31 - Remuneração média dos professores de 2010 a 2014.	40
GRÁFICO 32 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo	40
GRÁFICO 33 - Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)	45
GRÁFICO 34 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Alfenas-MG.....	12
TABELA 2 Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	25
TABELA 3 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental.....	26
TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio.....	28
TABELA 5 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino.....	30
TABELA 7 – Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.....	31
TABELA 8 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública	32
TABELA 9 – IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública	32
TABELA 10 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio.....	33
TABELA 11 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede.....	34
TABELA 12 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade	34
TABELA 13 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe.....	35
TABELA 14 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior	38
TABELA 15 – Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam	38
TABELA 16 – Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação.....	39

LISTA DE FIGURAS

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	9
---	---



1 INTRODUÇÃO

O novo plano municipal foi implementado como exigência à Lei Federal 13.005/14, que criou o Plano Nacional de Educação (PNE). O documento aponta as metas educacionais para Alfenas por um período de 10 anos.

A Comissão Municipal de estudos para a elaboração do PME concentrou representantes de diferentes esferas locais de ensino, incluindo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) – e liderou a construção do Plano Municipal de Educação na cidade. Em sua sede, o grupo realizou reunião inicial para constituição de comissões, na qual definiu o cronograma de trabalhos que será adotado para a formulação e implantação do PME.

Coube a Comissão definir a metodologia e a redação do documento base que foi apresentado em audiência pública no dia 15 de maio de 2015. Pela legislação, cada município teve até 24 de junho do ano de 2015 para aprovar o seu Plano Municipal de Educação, que deve estabelecer as metas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico Profissionalizante, Ensino Superior e Pós-graduação Stricto Sensu, englobando a rede municipal, estadual e particular.

“O PME é um compromisso público, alinhado ao novo Plano Nacional de Educação, em que suas metas e estratégias defendem o desenvolvimento de uma Educação atuante para o município, justa com os profissionais da educação e que garante seus objetivos independentemente de quem estiver à frente do governo municipal nos próximos 10 anos, define a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Kátia Geralda Silva Goyatá.”

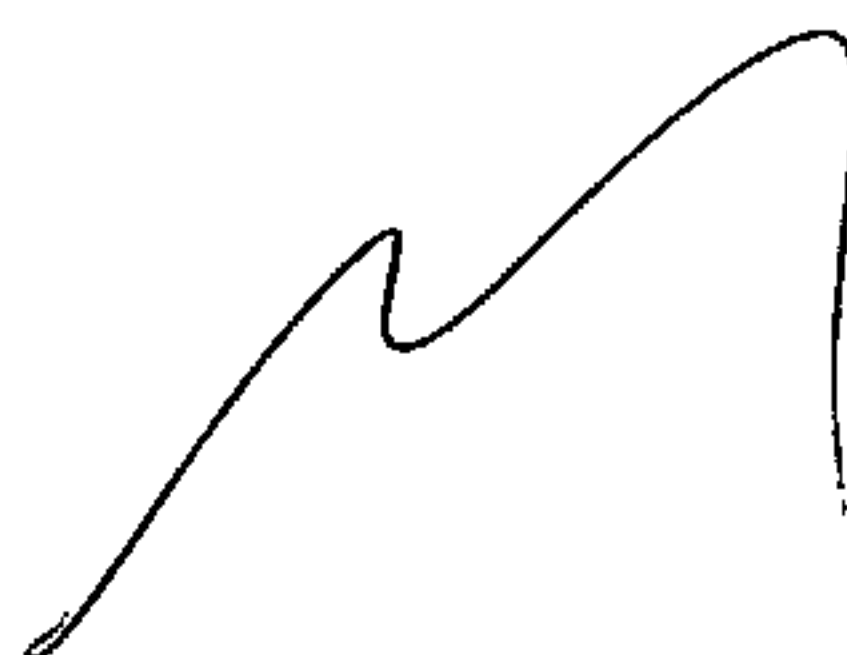


A Comissão Municipal de elaboração deste Plano Municipal de Educação é constituída pelos seguintes membros:

Kátia Geralda Silva Goyatá – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Walkíria de Pádua Lara Andrade – Representante da 41ª Superintendência Regional de Ensino;
Fernando Donizete Campos – Representante do Conselho Tutelar;
Marilena Cristina de Souza Andrade – Superintendente Pedagógica – SMEC;
Aldenice de Souza Sena – Representante Pré-Escolar – 04 e 05 anos;
Marcella Godinho do Nascimento – Representante – Educação Infantil de 0 a 3 anos;
Sônia Maria de Faria Silva – Representante da Educação Inclusiva;
Ana Luiza Pereira Wagner – Representante da Educação de Jovens e Adultos;
Fernanda Alice de Santana – Representante – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano;
Renata Aparecida Araújo de Oliveira – Representante – Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano;
Wanda Maria de Souza Nascimento – Representante do Ensino Médio;
Waldemilson Gustavo Bassoto – Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
Francisco Rodrigues da Cunha Neto – Representante da Câmara Municipal de Vereadores.

COMISSÃO TÉCNICA

Ednilson Francisco Neto – Secretário Executivo – SMEC
Reinaldo Zerbini Junior – Chefe de Gabinete – SMEC
Hercílio Antônio Paes Leme – Superintendente Administrativo - SMEC



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 ASPECTOS GERAIS

Alfenas - Minas Gerais - MG

Histórico

Por volta de 1800, procedentes de Campanha da Princesa da Beira, São Gonçalo, Caldas e Jacuí, aproximaram-se da região do atual município, os primeiros habitantes.

Embora não se tenha notícia de descobertas auríferas no local, a abundância de água, fartura de pastagens e o clima, atraíram os faiscadores em busca de descanso. Alguns se fixaram, iniciando o povoamento. Ao mesmo tempo, o sítio passou a interessar aos criadores, desenvolvendo-se as fazendas.

Em 1805, Francisco Siqueira Ramos e sua mulher, Floriana Ferreira de Araújo, doaram terras para a construção de uma capela, consagrada a São José e a Nossa Senhora das Dores, em área da Fazenda Pedra Branca.

A construção do templo teve no alferes Domingos Vieira e Silva, o principal impulsionador que, com outros amigos, traçaram os arruamentos, localizando as praças e iniciando diversas edificações.

Em 1832, através da resolução do Imperador D. Pedro II, criou-se a paróquia de São José dos Alfenas, depois, em 1939, Freguesia de Alfenas e, ainda, São José e Dores de Alfenas.

Com a criação da vila, em 1860, passou a denominar-se Vila Formosa, sendo elevada à categoria de cidade, em 1869, como Vila Formosa de Alfenas. A partir de 1871, chamou-se apenas Alfenas, por força de Legislação que proíbe a duplicidade de topônimos.

A designação do município, originou-se da expressão "Vamos nos Alfenas", usada pelos habitantes da região ao se dirigirem ao povoado, em virtude dos membros da família Martins Alfenas serem os moradores mais próximos.

Gentílico: alfenense

Formação administrativa

Distrito criado com a denominação de Vila Formosa de Alfenas, pelo decreto de 14-07-1832 e pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891.



Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Formosa de Alfenas, pela lei provincial nº 1090, de 07-10-1860, desmembrado dos municípios de Caldas, Jacuí e Campanha ou somente Caldas. Sede na povoação de Vila Formosa de Alfenas. Constituído de 2 distritos: Vila Formosa de Alfenas e Serra Negra, ambos desmembrados de Caldas. Instalado em 14-10-1861.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Vila Formosa de Alfenas, pela lei provincial nº 1611, de 15-10-1869.

Pela lei provincial nº 1788, de 22-09-1871, é criado o distrito de São Sebastião do Areado e anexado ao município de Vila de Formosa de Alfenas.

Pela lei provincial nº 1791, de 23-09-1871, o município de Vila Formosa de Alfenas passou a chamar-se simplesmente Alfenas.

Pela lei provincial nº 2087, de 24-12-1874, e pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891 é criado o distrito de São João do Barranco e anexado ao município de Alfenas.

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, são criados os distritos de Fama e Serrania e anexados ao município de Alfenas. Sob a mesma lei desmembra de Alfenas o distrito de São Sebastião do Areado. Elevado à categoria de município com a denominação de Vila Gomes, atual Areado.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Alfenas, Fama, São João Barranco, Serra Negra e Serrania.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Serra Negra passou a chamar-se São Joaquim da Serra Negra. Sob a mesma lei o distrito de Fama deixa de pertencer ao município de Alfenas para ser anexado ao de Paraguassu.

Pela lei estadual nº 860, de 09-09-1924, o distrito de São João do Barranco alto passou a chamar-se simplesmente Barranco Alto.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Alfenas, Barranco Alto (ex-São José do Barranco Alto), São Joaquim da Serra Negra (ex-Serra Negra) e Serrania.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, desmembra do município de Alfenas o distrito de Serrania. Elevado à categoria de município. E, ainda pela mesma lei desmembra do município de Alfenas o distrito de São Joaquim da Serra Negra. Elevado à categoria de município com a denominação de Serra Negra, atual Alterosa.

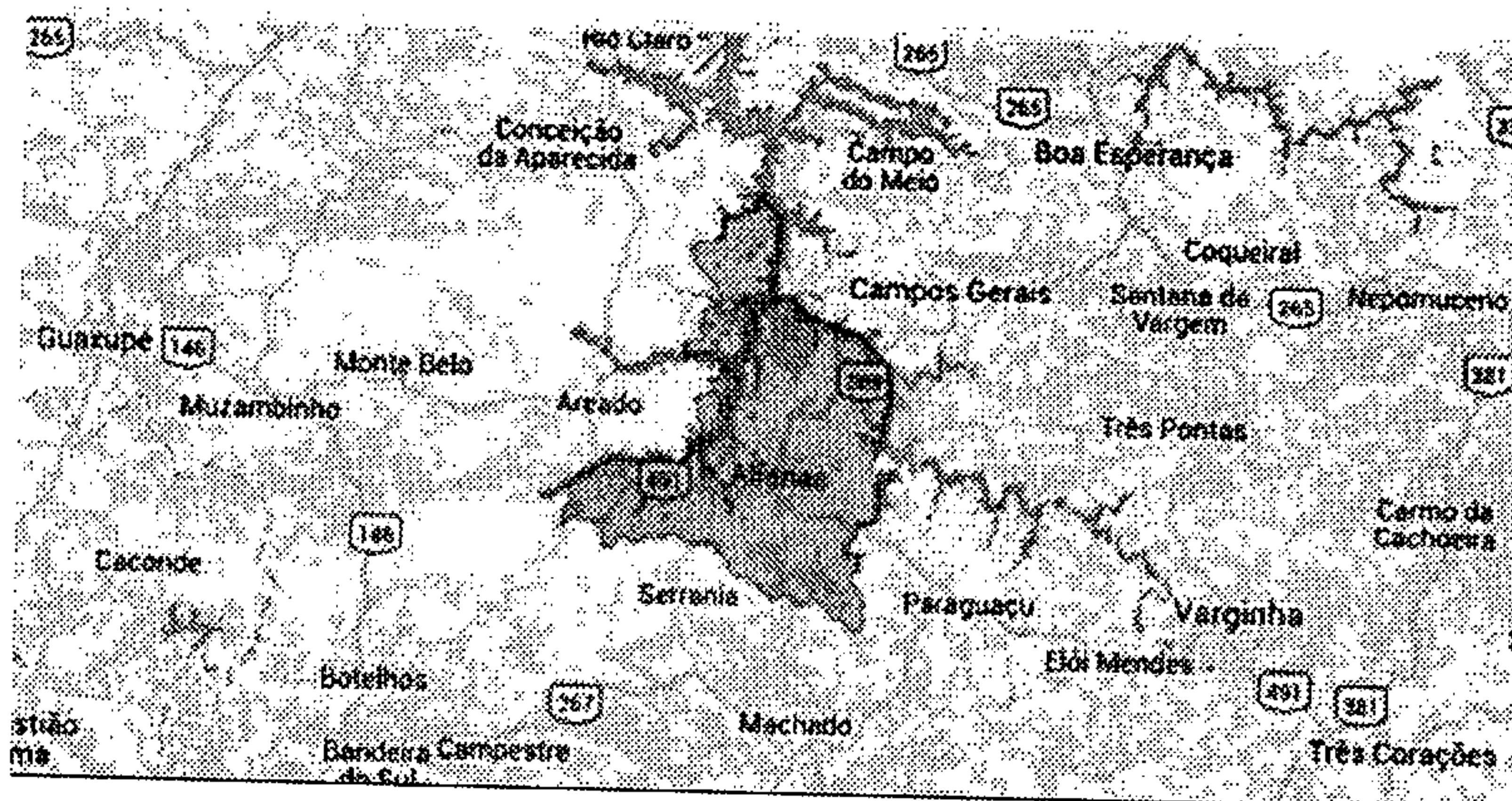
Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Vila formosa de Alfenas para simplesmente Alfenas alterado, pela lei provincial nº 1791, de 23-09-1871.

Fonte: IBGE

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alfenas_mg

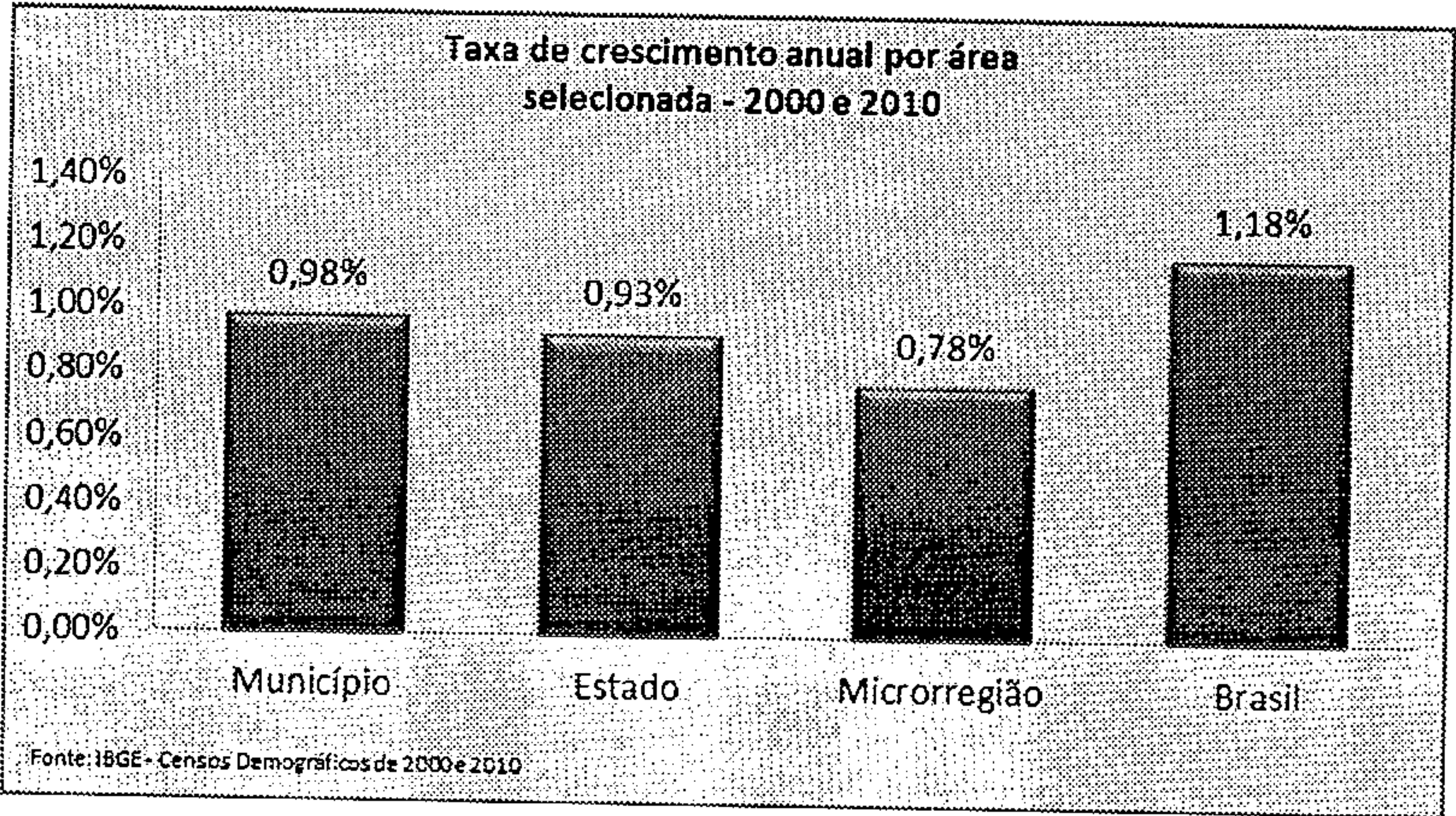
QUADRO 1 – Caracterização do território

Área 643,4 km²	IDHM 2010 0,751	Faixa do IDHM Ano (IDHM entre 0,700 e 0,799)	População (Censo 2010) 73.774 hab.
Densidade demográfica 38,75 hab/km²	Ano de instalação 1990	Microrregião Alerdas	Mesorregião Sul-Sudoeste de Minas

Fonte: Atlas Brasil 2013

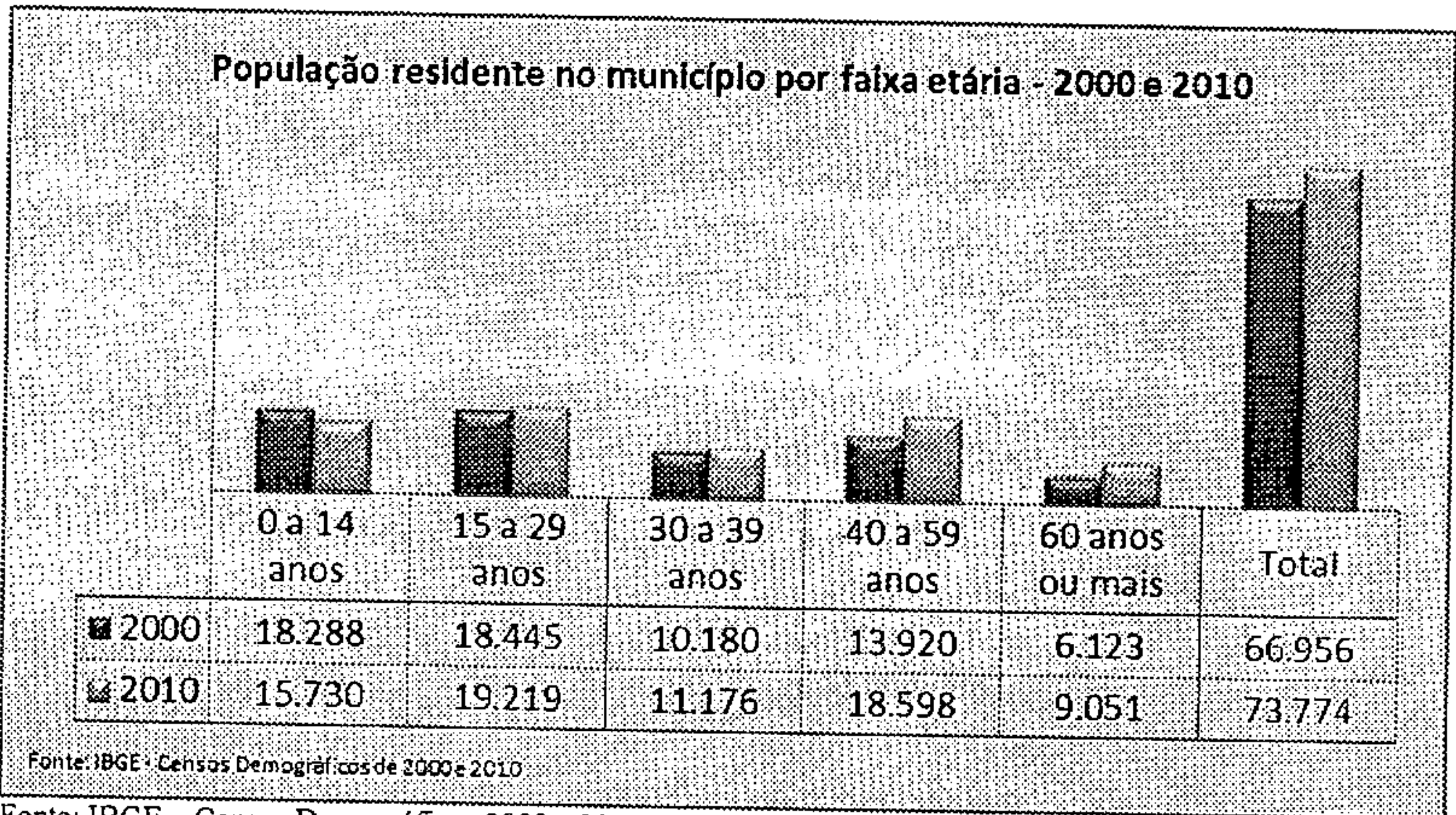
1.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

1.3 ASPECTOS SOCIAIS

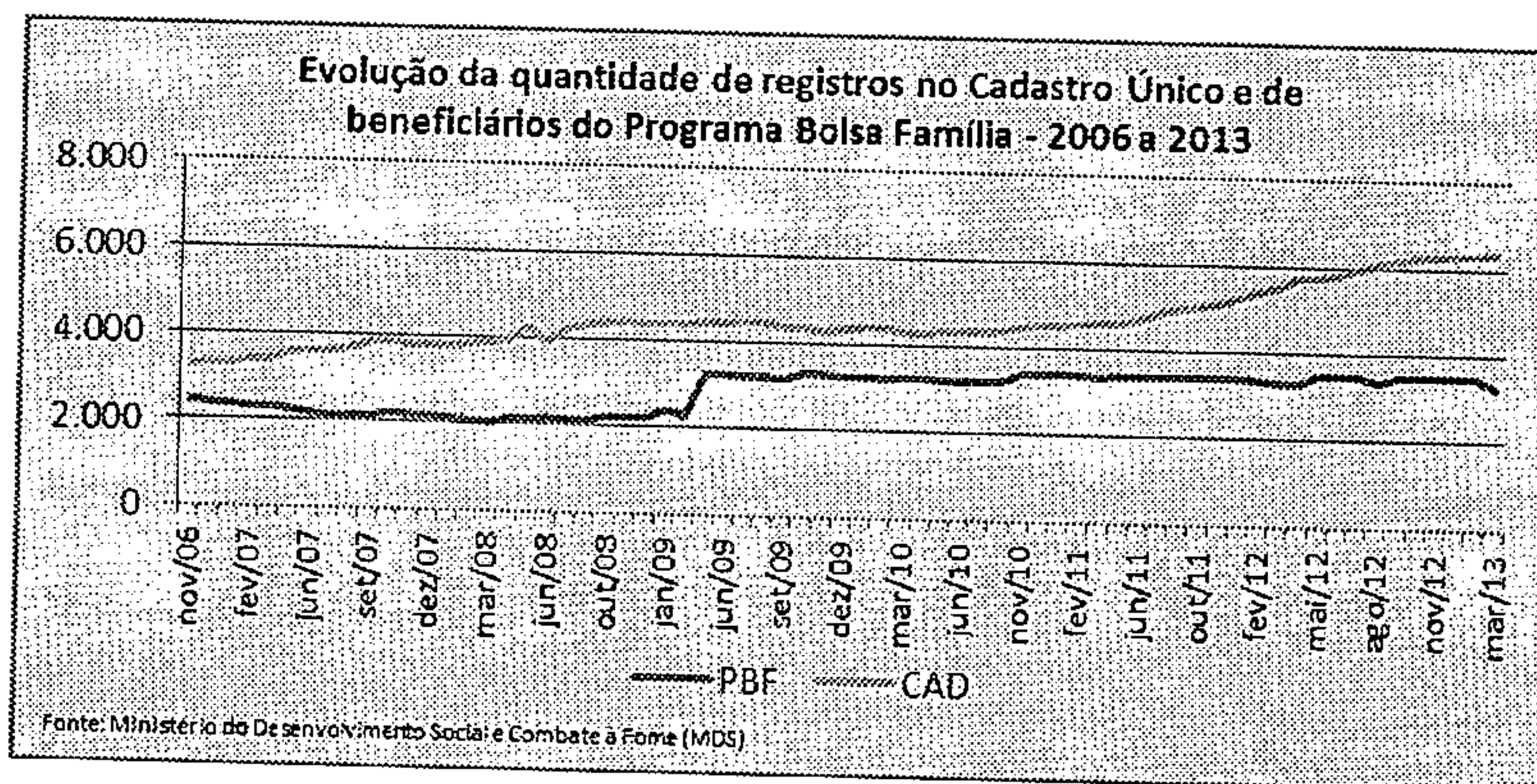
1.3.1 Pobreza e Transferência de Renda

GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 73.774 residentes, dos quais 504 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 0,7% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, (0%) viviam no meio rural e 504 (100,0%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 6.359 famílias registradas no Cadastro Único e 3.252 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (51,14% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

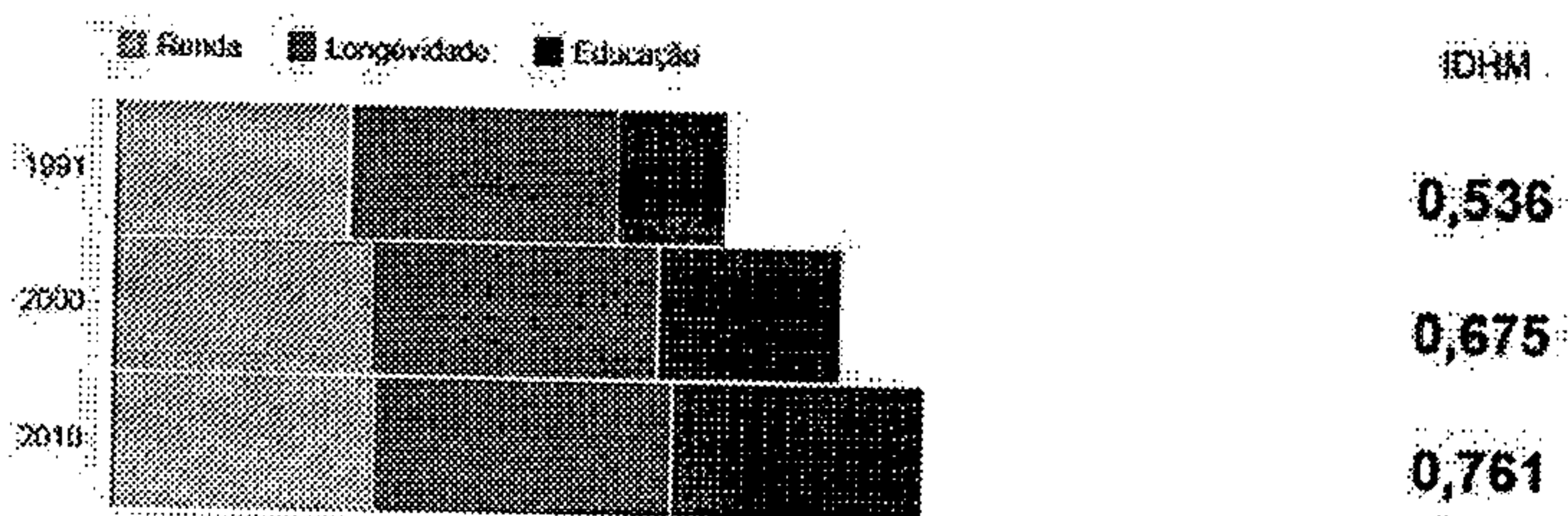


O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias em extrema pobreza, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir 23 famílias.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 61 famílias em situação de extrema pobreza.

1.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Alfenas-MG



Fonte: IBGE, 1991 e 2010

Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Alfenas é 0,761, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,841, seguida de Renda, com índice de 0,737, e de Educação, com índice de 0,712.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Alfenas - MG

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação			
% de 16 anos ou mais com ensino fundamental completo	0,308	0,527	0,712
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	30,20	38,93	56,77
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	37,40	78,34	98,85
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	47,52	74,66	92,35
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	24,01	57,01	73,69
IDHM Longevidade			
Esperança de vida ao nascer (em anos)	0,729	0,809	0,841
	70,32	73,56	75,46
IDHM Renda			
Renda per capita (em R\$)	0,857	0,720	0,737
	476,91	704,36	763,41

Fonte: IBGE, 1991 e 2010

1.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 68,8%, passando de R\$ 647,8 milhões para R\$ 1.093,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,34% para 0,38% no período de 2005 a 2010.

1.4.1 Produção

GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010

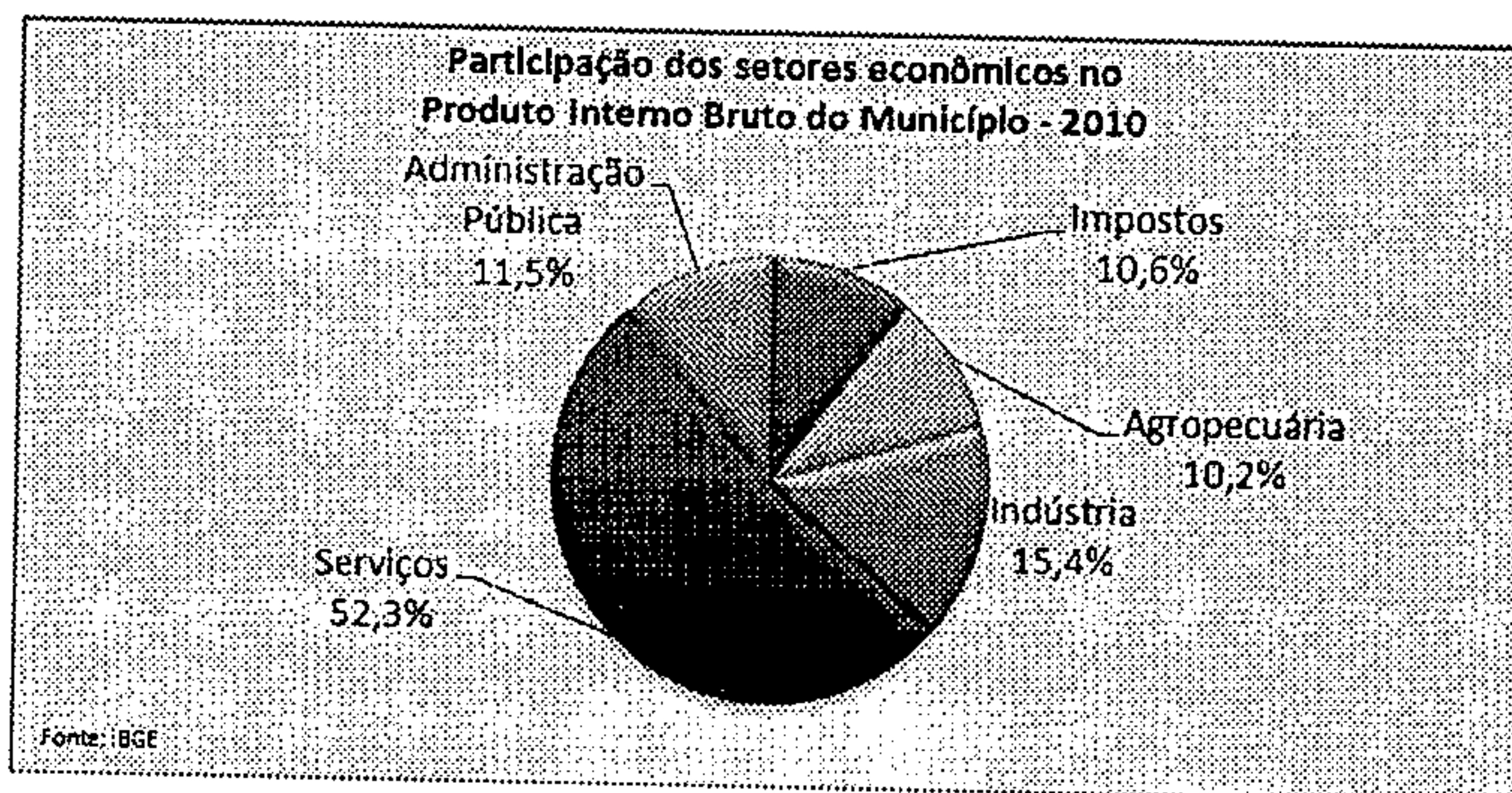


GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010

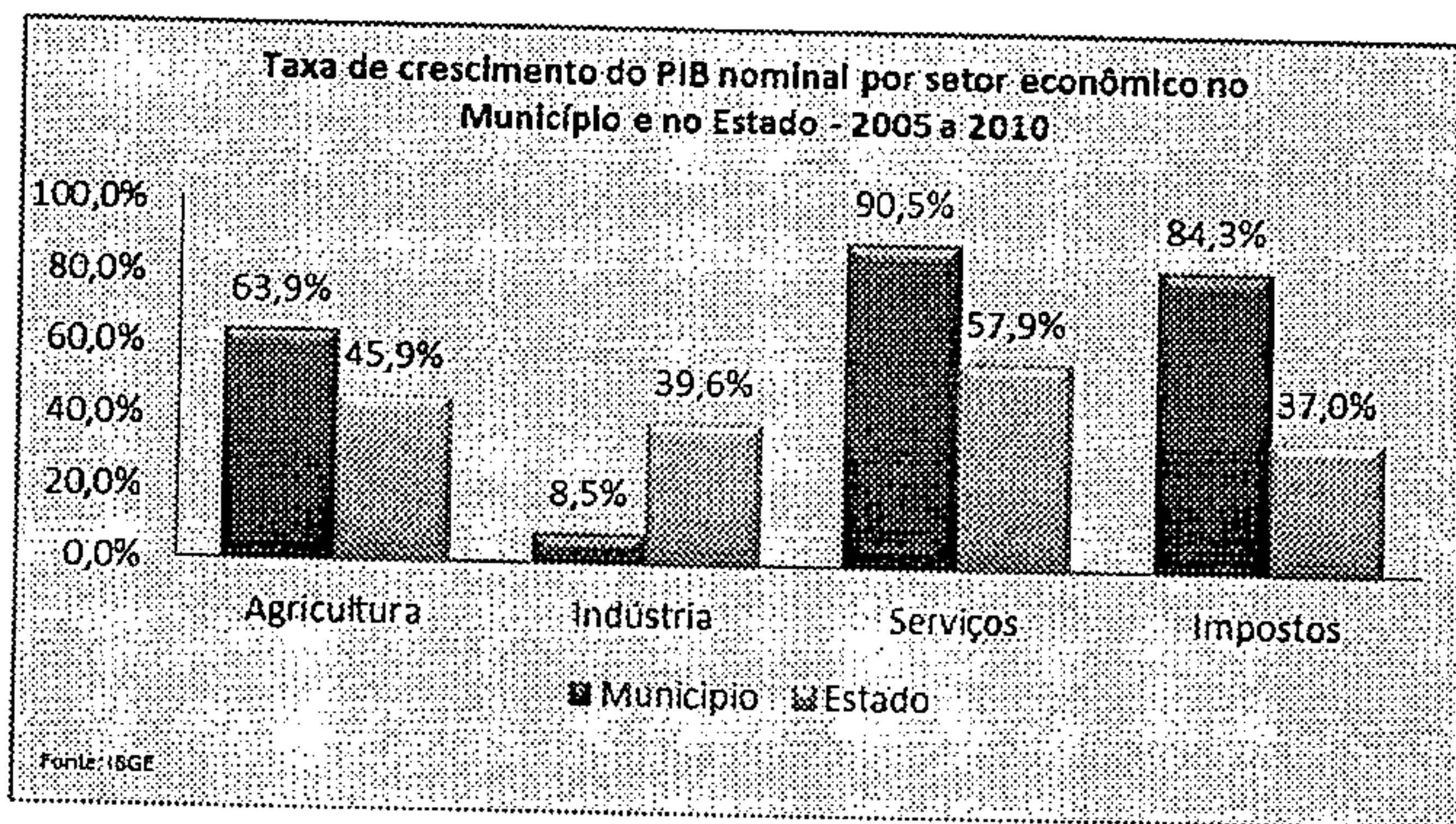


GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011

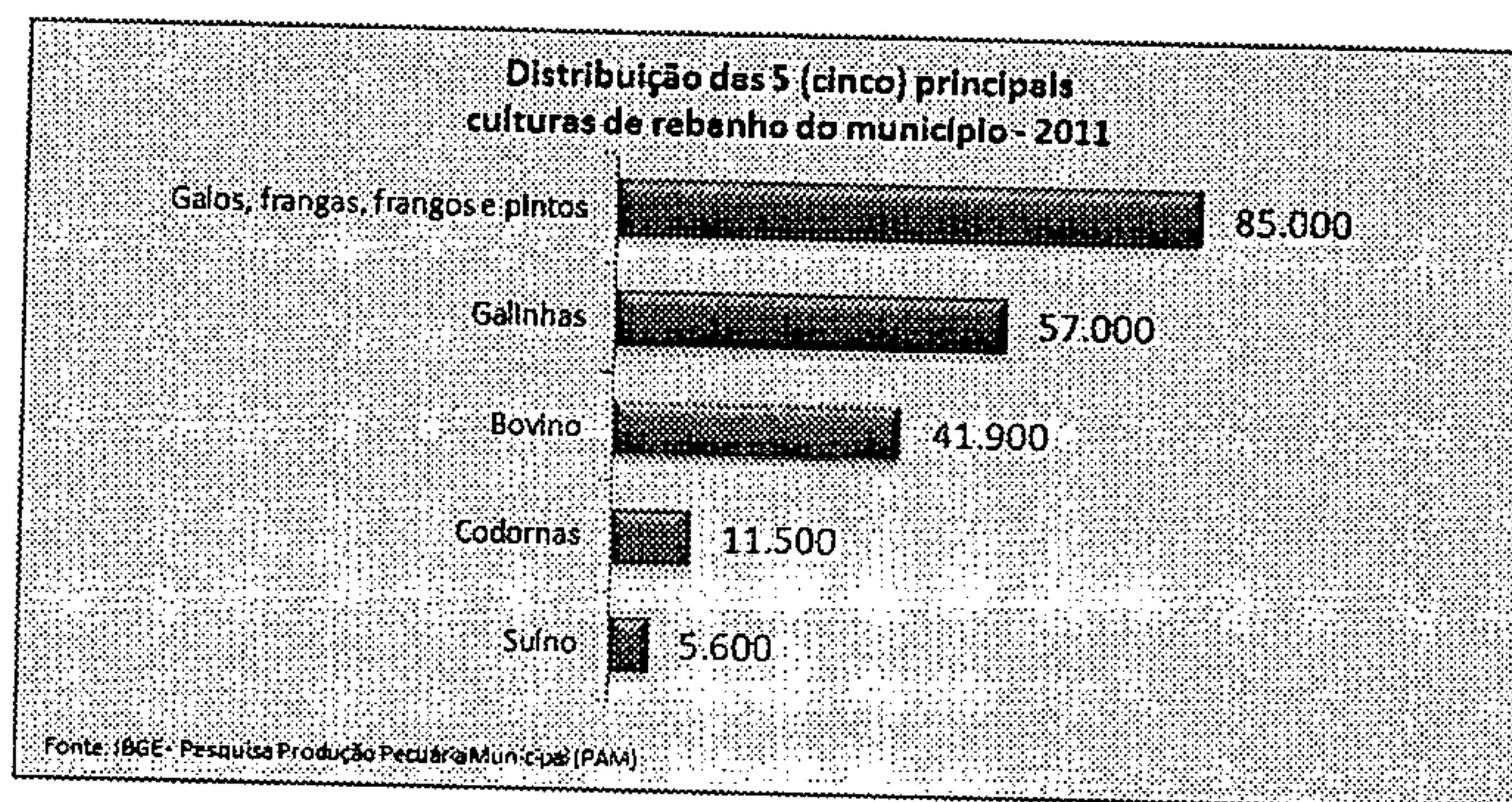
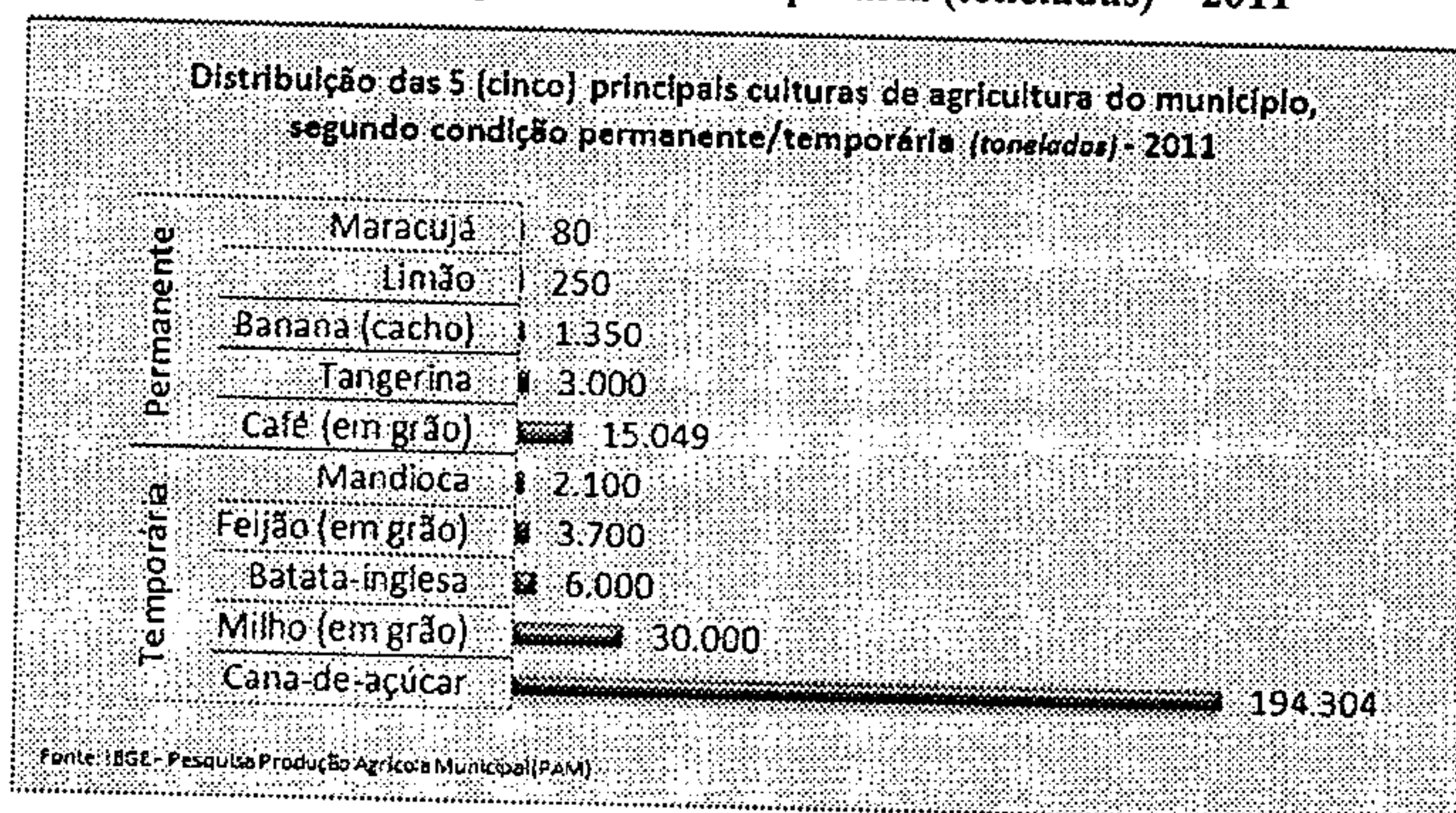


GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011



1.4.2 Mercado de Trabalho

GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 38.696 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 35.917 estavam ocupadas e 2.779 desocupadas. A taxa de participação ficou em 60,3% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,2%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

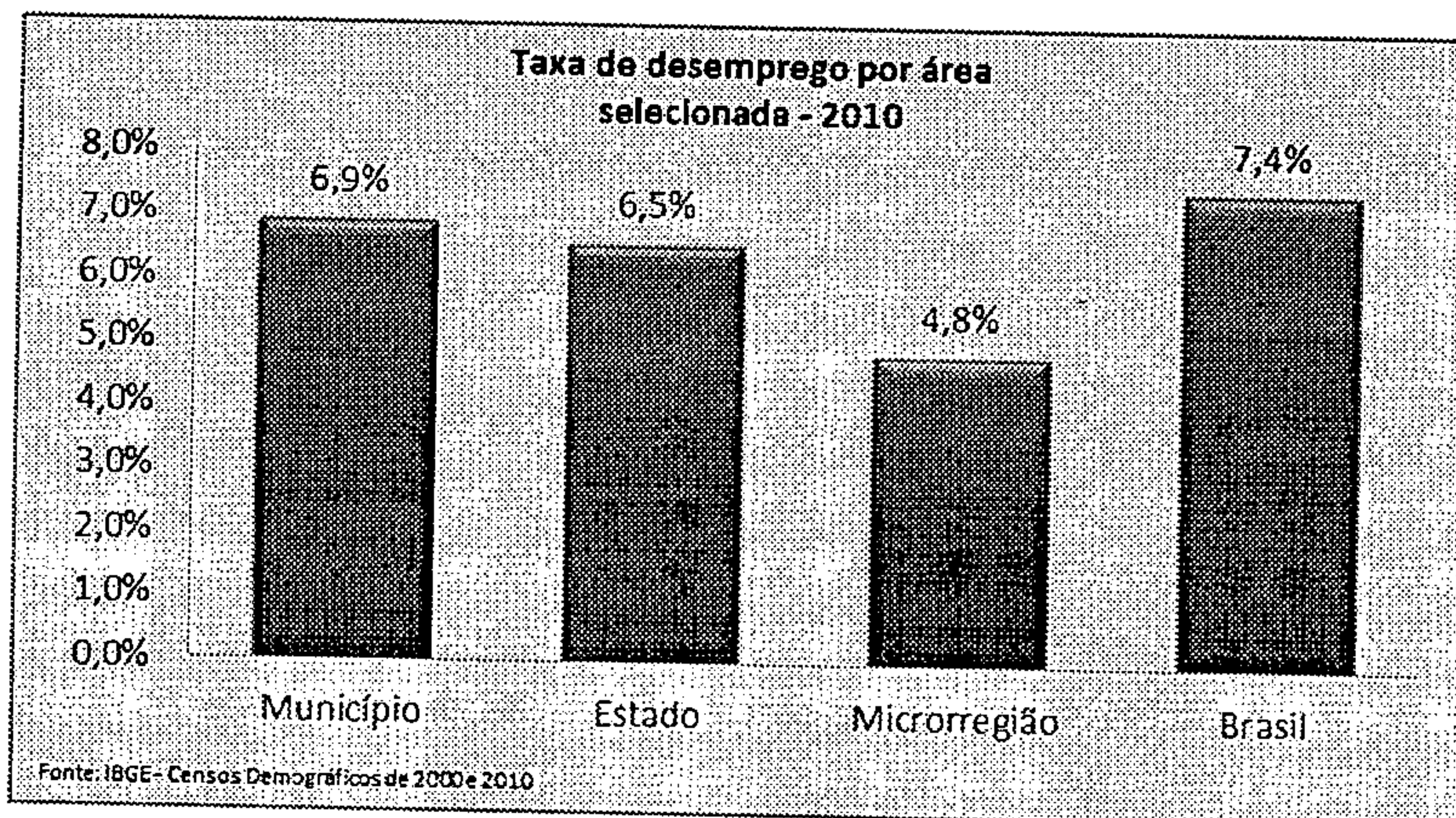


GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 53,8% tinham carteira assinada, 17,8% não tinham carteira assinada, 17,1% atuam por conta própria e 3,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 5,6% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 2,7% dos ocupados.

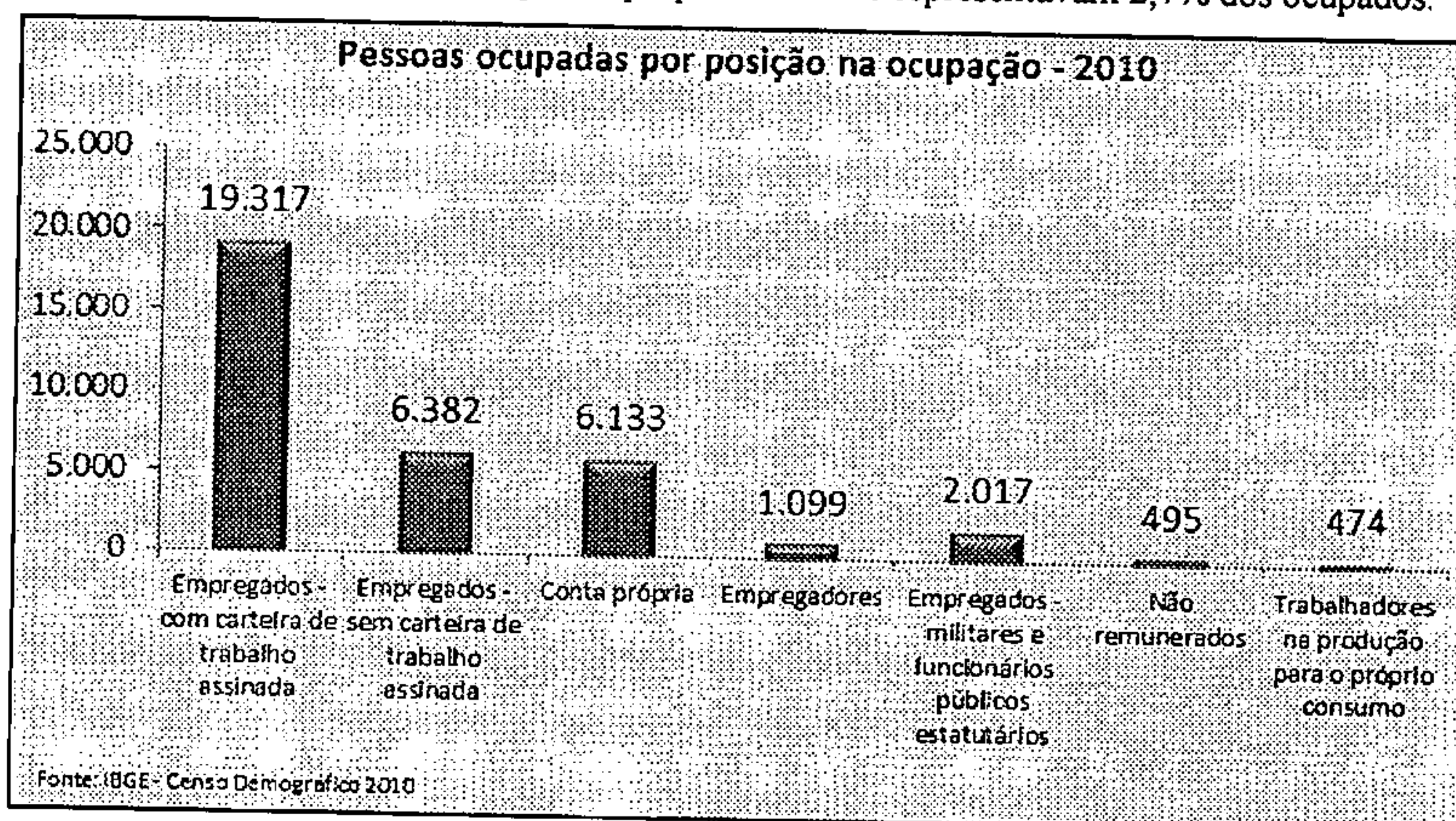
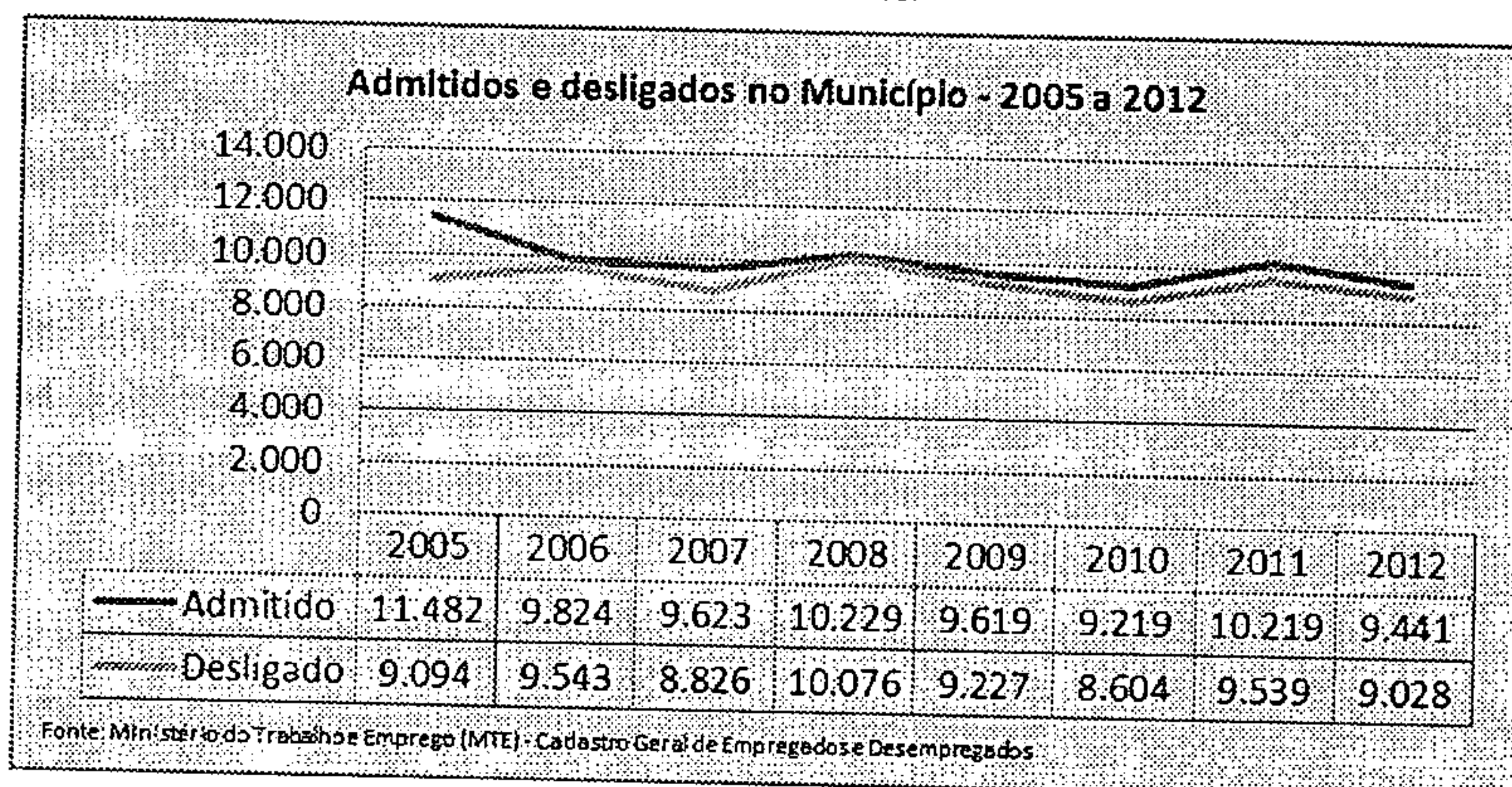


GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010

Das pessoas ocupadas, 3,5% não tinham rendimentos e 37,6% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.231,93. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.440,79 e entre as mulheres de R\$ 997,75, apontando uma diferença de 44,40% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 5.719. No último ano, as admissões registraram 9.441 contratações, contra 9.028 demissões.



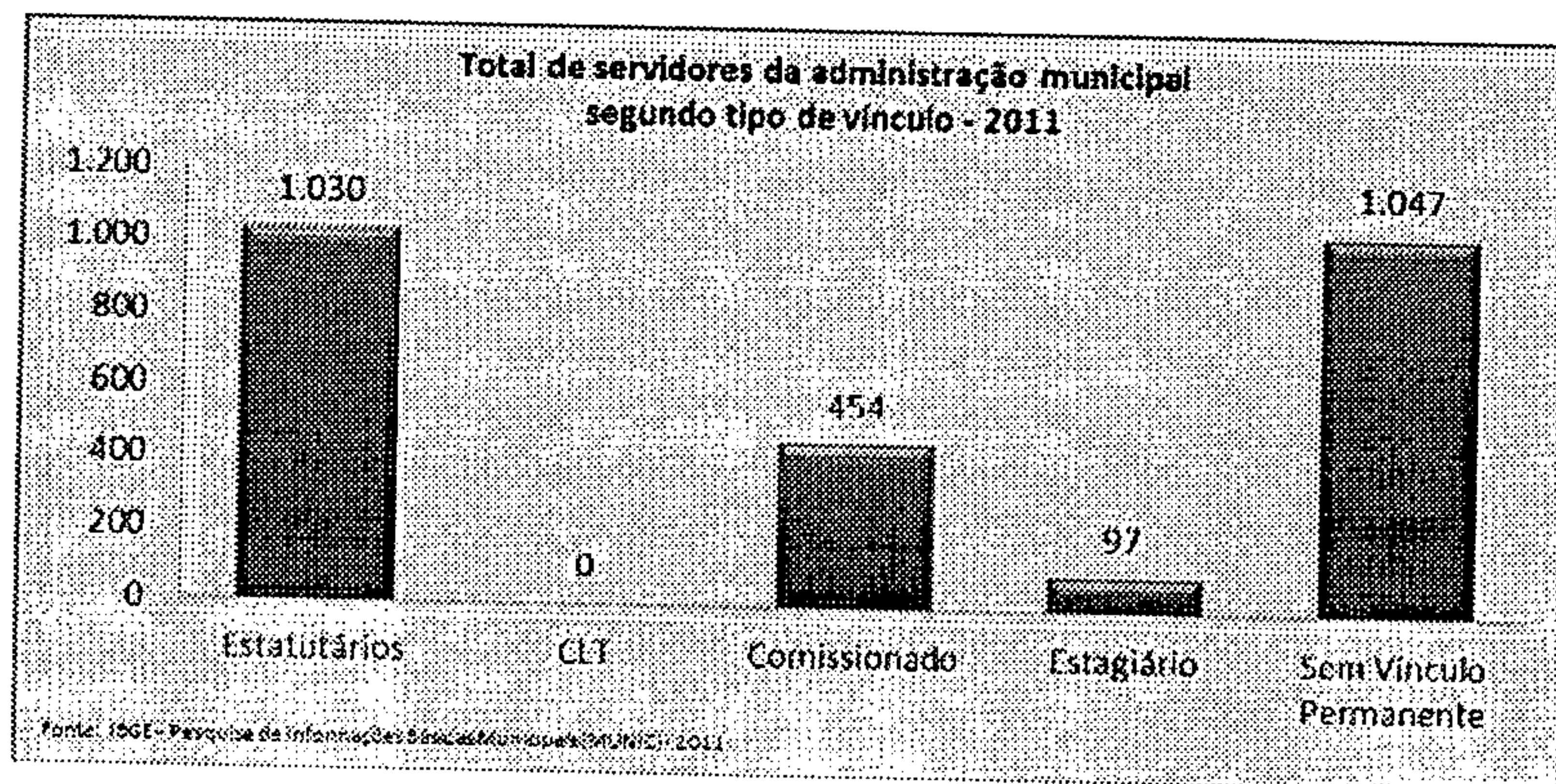
O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 17.009 postos, 33,6% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

1.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.5.1 Capacidade Técnica

A Administração Municipal conta com 2.628 servidores, entre os quais 39,2% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.

GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011



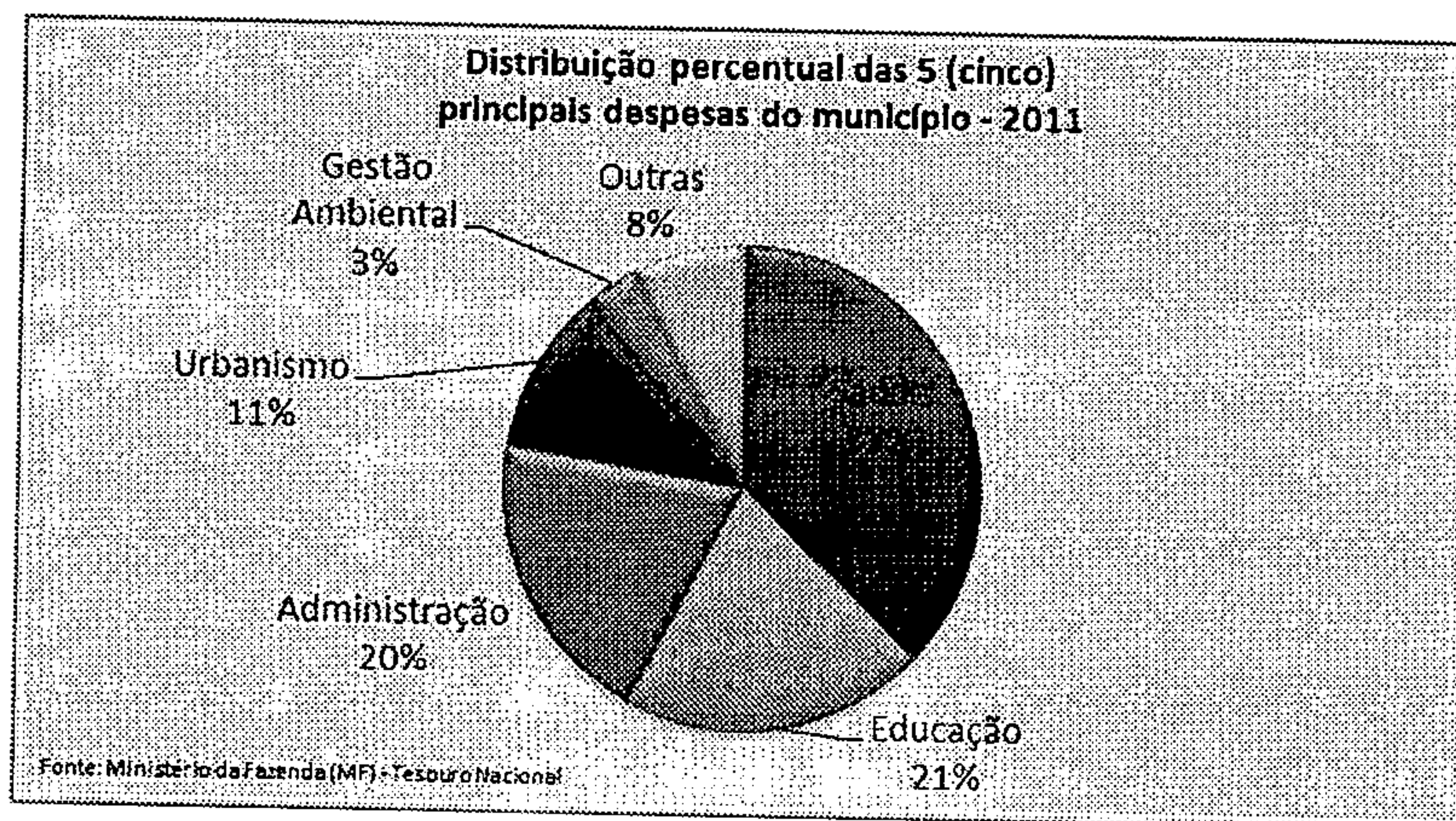
1.5.2 Finanças

GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011

A receita orçamentária do município passou de R\$ 70,1 milhões em 2005 para R\$ 107,7 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 53,6% no período ou 11,33% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 16,32% em 2005 para 19,00% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 17,45% da receita orçamentária em 2005 para 17,73% em 2011. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.



As despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e legislativa foram responsáveis por 91,01% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,02% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

2 PLANOS DE EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art.214, que deverá ser elaborado um Plano Nacional de Educação de duração decenal definidor de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Como fruto de longa e complexa construção social, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) por meio da Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes, indicadas no art.2º são:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como uma das previsões do atual PNE, estabeleceu-se que os Estados e Municípios deverão elaborar ou adequar seus respectivos planos ao PNE no prazo de um ano a contar da publicação do referido PNE (art.8º, da Lei nº 13.005/2014).

No que concerne à esfera estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do poder público e à adaptação ao Plano Nacional. No âmbito da legislação estadual, a lei 19.481/2011 aprovou o Plano de Educação do Estado (PEE) para o decênio 2011-2020, definindo diretrizes para a elaboração dos Planos de Educação dos Municípios. O PEE está atualmente passando por revisão para sua adequação ao PNE.

Conforme índices do IBGE/ 2010 o atendimento referente à faixa etária:

Entre 0 a 3 anos aumentou em 25,76% passando de 5,64% em 2005 (PME/2005) para 31,4 (IBGE/2010). A partir de 2013, na atual gestão, foram inaugurados os CEMEIs no Bairro Santa Clara e Distrito de Gaspar Lopes, houve ampliação na oferta de vagas nos bairros: Vila Formosa, Pinheirinho, Campos Elíseos/Itaparica, Santa Luzia sendo atendimento atual um número significativamente maior multiplicadas as vagas quatro vezes até a presente data.

De 4 a 5 anos houve um aumento de 30,78%, passando de 56,62%(PME/2005) a 87,4% (IBGE/2010) . Após 2013, houve um crescimento na oferta de vagas nos bairros Vila Formosa, Jd São Lucas, Aeroporto II e III, Por do Sol, Morada do Sol, Jd. América. Está prevista a construção no Jardim Eunice, que disponibilizará 240 vagas para a população para a faixa etária entre 0 a 5 anos.

Foram formuladas para a educação infantil 11 metas e apenas uma foi cumprida integralmente, a que se refere à realização pelas instituições de Projetos políticos-pedagógicos, mas muitas foram cumpridas parcialmente e continuam a ser objeto de acompanhamento desta Comissão.

Quanto ao Ensino Fundamental houve uma ampliação na demanda em função da mudança da idade de corte. Os avanços alcançados concluem que estamos no caminho certo, pois os

índices alcançados superam e muito as expectativas. Conforme IDEB/2015 foram alcançadas as metas em 2013 estabelecidas para 2020. Esta modalidade de ensino alcançou parcialmente as metas, concluindo 50% de consolidação das estratégias.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos continua sendo oferecido pelo município na modalidade dos anos finais do Ensino Fundamental, mas diminuiu a demanda. Acredita-se que em função da melhoria dos índices de analfabetismo também apresentarem queda, atendendo o estabelecido pelas metas nacionais, que é consolidar a alfabetização na idade correta.

Depois da finalização do plano decenal idealizado em 2005, novos desafios foram detectados, por esta gestão, referentes à inclusão: necessidade de transporte específico e capacitação dos profissionais que atuam nesta área. Observamos que ao longo do plano não foram realizados redirecionamentos para adequar a demanda aos objetivos e metas, trabalho que se faz necessário para contextualização e eficiência deste, compromisso firmado pela atual comissão, com a realização de fóruns de discussão e reavaliação do Plano Municipal de Educação que vigorará no período de 2015 a 2025.

3 EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Alfenas tem uma história de glória, na educação de sua gente. Nos idos da década 20, com a implantação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, mantido pela Congregação das Filhas do Sagrado Coração “Sacre Couer”, Alfenas tornou-se referencial em educação com o regime de internato, para o qual educandas de toda a região dirigiam-se e ainda, a criação da Escola de Farmácia e Odontologia, que viabilizou a educação superior gratuita para muitos de nossos filhos além de para todos aqueles que vinham especialmente para se graduar, explicitando a importância da educação para a cidade. Ao longo dos anos, a possibilidade de ascensão social e econômica por meio da educação, concretizou-se e tornou-se a base para o crescimento educacional do município.

A comunidade, ao valorizar a educação, entende que o direito à educação não é somente vaga na escola, mas o direito a aprender, ao ingresso e à permanência na escola.



Em relação à educação básica, com a municipalização do ensino, a rede municipal passou por mudanças profundas, reorganizando-se para assegurar um nível de ensino condizente com as suas tradições, compromissada com a formação do homem consciente e pleno no exercício da cidadania. Ainda hoje, porém, conforme depreende-se dos números apresentados no referido Plano, há de se buscar mudanças na distribuição das competências de atendimento para que Alfenas possa atender a Educação Infantil e as séries iniciais de forma mais competente. O ano de 2005 está marcado com a transferência das Creches para o âmbito da Secretaria de Educação e Cultura. Existe uma grande demanda, represada de vários anos, para o atendimento de 0 a 6 anos. É um de nossos grandes desafios para esta década.

Preocupada com a melhoria no sistema educacional do município, a Secretaria Municipal da Educação. Em andamento a cultura tem um processo de reorganização desse sistema para melhor atendimento da comunidade estudantil; ficando claro, pois, o objeto do PDME.

A Educação Especial tem sido atendida pela da Escola de Educação Especial Esperança e pela APAE, por meio de parceria e cooperação com o município. No ano de 2005, foi realizada uma primeira intervenção na rede física de uma Escola Municipal Rural para o atendimento aos educandos com necessidades especiais e ainda, numa parceria com o Estado, foi pleiteada a acessibilidade completa numa Escola Estadual, para o ano de 2006. É mais que um desafio para a próxima década: mais adequações e capacitações até o suprimento desta demanda de educação inclusiva.

Ao longo dos anos, um trabalho desenvolvido com a educação na zona rural, tornou possível o implemento de uma educação de qualidade nesta zona da cidade. Hoje, o município possui 4 escolas municipais atendendo a zona rural, desde o Pré-escolar até a 4ª série do Ensino Fundamental. Sendo ainda que duas delas atendem até a 8ª série do Ensino Fundamental.

Os estudantes da rede pública municipal urbana dos diversos bairros, dos quais se distanciam mesmo as mais próximas escolas, utilizam-se do transporte escolar, por meio de passes escolares fornecidos pela Prefeitura Municipal. Os alunos residentes na zona rural são transportados por 17 ônibus, 20 Kombi e 4 micro-ônibus. O transporte escolar tem se destacado pelo empenho em prestar serviços à comunidade estudantil rural e urbana, incentivando os alunos que estão fora da escola a concluir ou iniciar os estudos, apesar do altíssimo custo para o município.

Ainda atendendo a uma necessidade social, estudantes são beneficiados diariamente com a merenda escolar servida nas escolas do município e, no caso daqueles deslocados da Zona Rural, tal merenda é reforçada pelo café da manhã. Este programa, sempre orientado por uma

nutricionista, tem trazido benefícios relevantes para a permanência da criança na escola e, sem dúvida, trazendo melhorias no aproveitamento escolar. A população reconhece a importância deste Programa e solicita a ampliação do mesmo, bem como sua constante melhoria.

O perfil sócio-econômico da cidade e a posição privilegiada da mesma fazem com que exista uma migração constante. Estes migrantes, na maioria das vezes, vem para o trabalho agrícola e com baixo ou nenhum nível educacional. O município aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado e tem buscado a ampliação do EJA com o intuito de melhorar esta situação. No entanto, faz-se necessária uma extrema atenção no combate do analfabetismo, inclusive aquele funcional em razão principalmente deste fluxo populacional. Dados PME 2005 – 2015.

3.2 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

3.2.1 Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

3.2.1.1 Educação Infantil

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 1: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Segundo dados do IBGE/ Censo Populacional- 2010, o percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola, no município de Alfenas foi de 87,4%. Para o ano de 2016, o município atenderá 100% das crianças de 4 e 5 anos, para tanto será necessário o planejamento de ações que viabilizem esta meta.

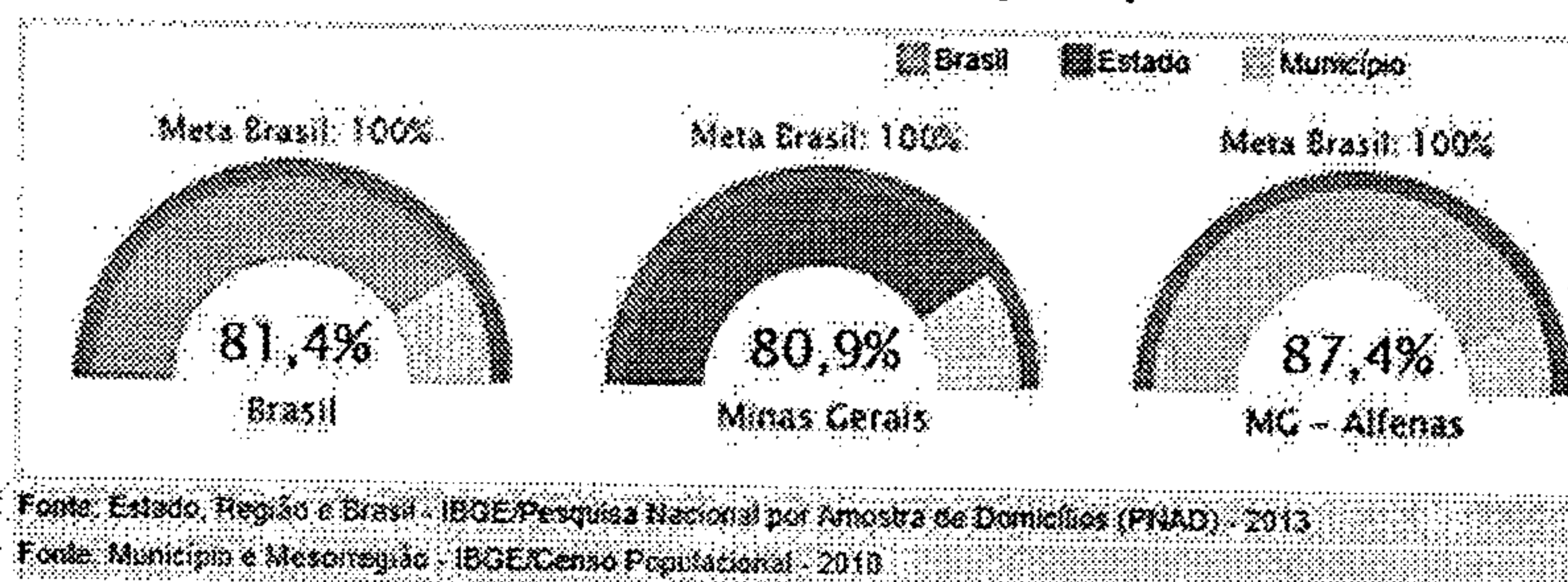
Com relação à população de 0 a 3 anos do município de Alfenas, segundo dados do IBGE/ Censo Populacional- 2010, o percentual de atendimento foi de 31,4%. A partir de 2016, o

município atenderá 50% das crianças de 0 a 3 anos, ampliando a oferta de vagas nas instituições na vigência deste plano.

GRÁFICO 13 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola



GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola



3.2.1.2 Ensino Fundamental

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 2: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

De acordo com os dados oficiais do ano de 2010, 97,8 % da população de 6 a 14 anos frequenta a escola. Também de acordo com dados oficiais, 79,5% de pessoas de 16 anos tem pelo menos o ensino fundamental concluído. Não atingindo a meta de frequência estipulada nacionalmente de 100% e 95% respectivamente.

GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

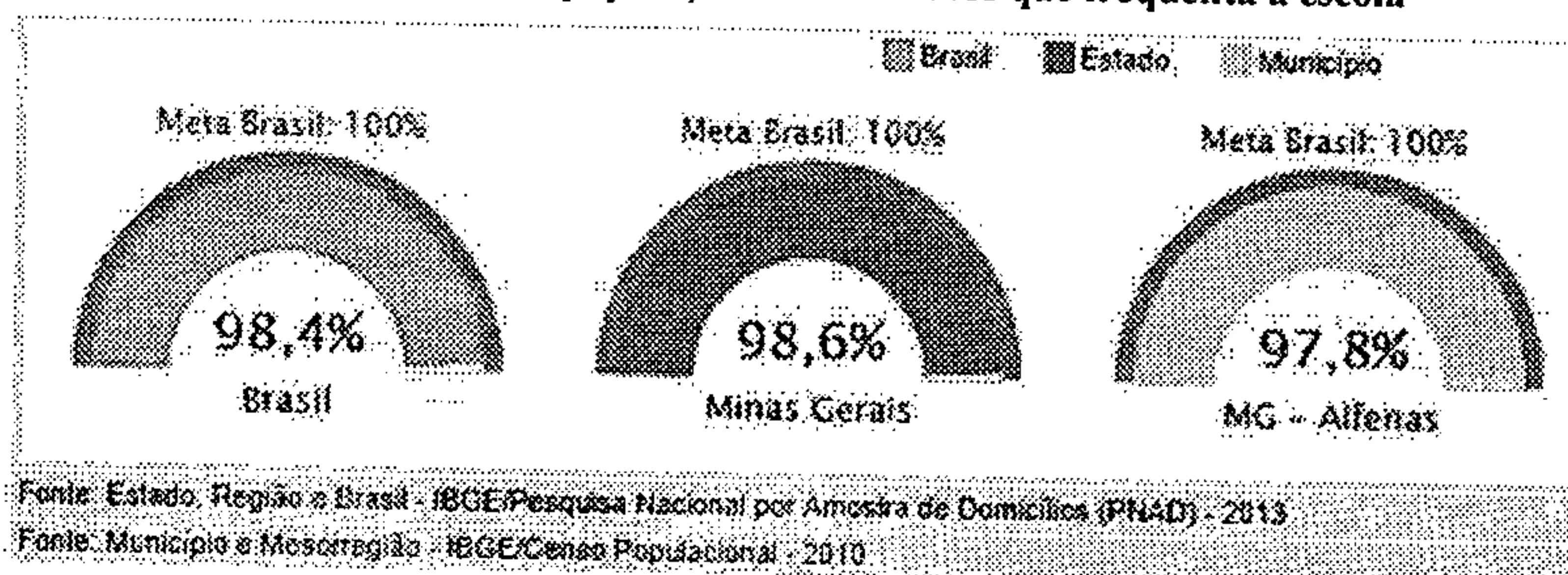


GRÁFICO 16 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído

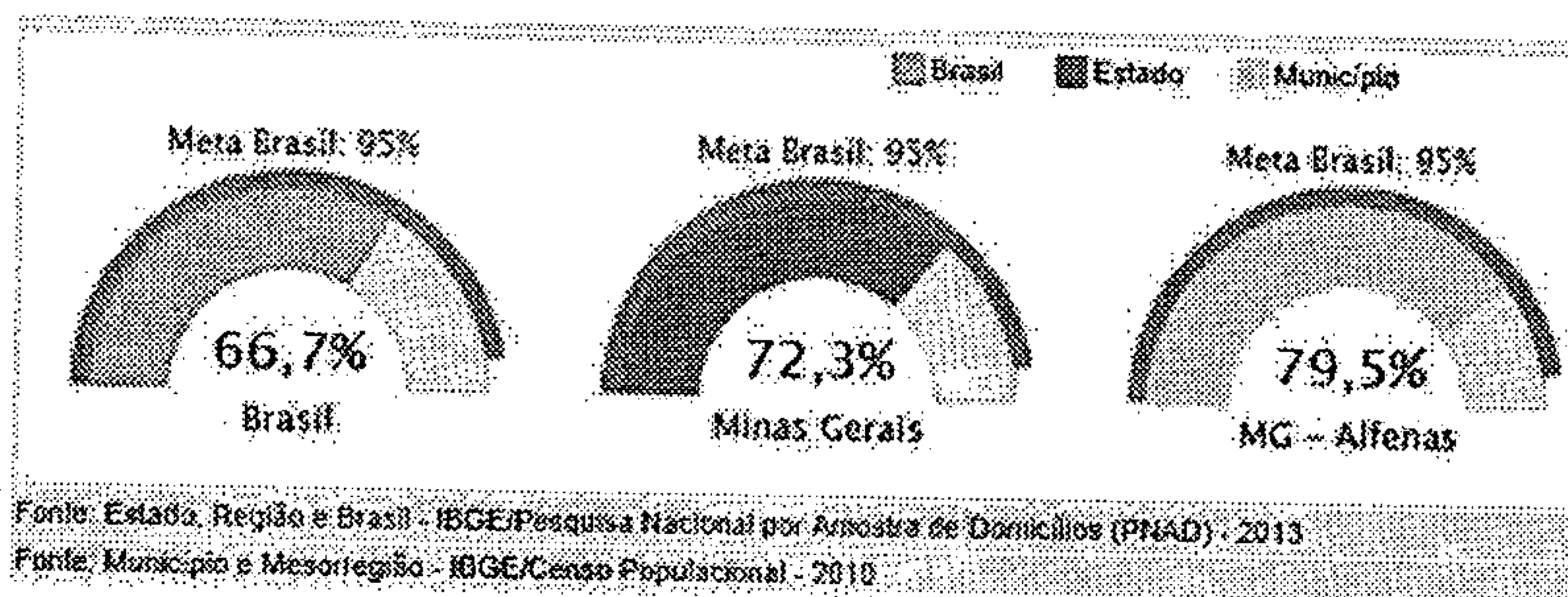


TABELA 2 Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
Ano	Distorção Idade-Série
2006	5,7
2007	6,7
2008	7
2009	7,5
2010	7,6
2011	6,4
2012	4,5
2013	3,2
Fonte: SEED/Secretaria de Educação	

Distorção Idade-Série	
Ano	Total e por Redes
2006	5,7
2007	6,7
2008	7
2009	7,5
2010	7,6
2011	6,4
2012	4,5
2013	3,2
2014	2,4
Fonte: SEED/Secretaria de Educação	

Distorção Idade-Série / Rede		
Ano	Pública	Privada
2006	6,3	3,3
2007	7,4	2,2
2008	7,7	2,2
2009	8,5	2
2010	8,5	2,2
2011	7,6	6,7
2012	5,2	1,7
2013	3,5	1,9
2014	2,4	
Fonte: SEED/Secretaria de Educação		

De acordo com a análise dos dados oficiais a distorção idade-série nas séries iniciais do ensino fundamental declinou no período de 2006 a 2013.

TABELA 3 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série
2006	18
2007	17,1
2008	16,5
2009	16,4
2010	18,3
2011	19,2
2012	19,2
2013	19,6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Distorção Idade-Série / Rede

Ano	Privada	Pública
2006	4,8	19,7
2007	4,6	12,8
2008	3,8	18,2
2009	3,8	18,3
2010	3,3	28,6
2011	3,7	21,9
2012	3,8	22
2013	4,4	22,2
2014	2,4	23,7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Distorção Idade-Série

Ano	Todas as redes
2006	18
2007	17,1
2008	16,5
2009	16,4
2010	18,3
2011	19,2
2012	19,2
2013	19,6
2014	20,7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

De acordo com a análise dos dados oficiais a distorção idade-série nas séries iniciais do ensino fundamental aumentou no período de 2006 a 2013.

3.2.1.3 Ensino Médio

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 3: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.”

Conforme os dados e informações disponíveis pelo IBGE, no Município de Alfenas 84,5 % da população de 15 a 17 anos frequenta a escola, sendo que, 57,8 % estão frequentando o Ensino Médio.

A Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio no Município vem caindo gradativamente o que nos leva a crer que grande parte destes jovens já concluiu o Ensino Médio.

GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

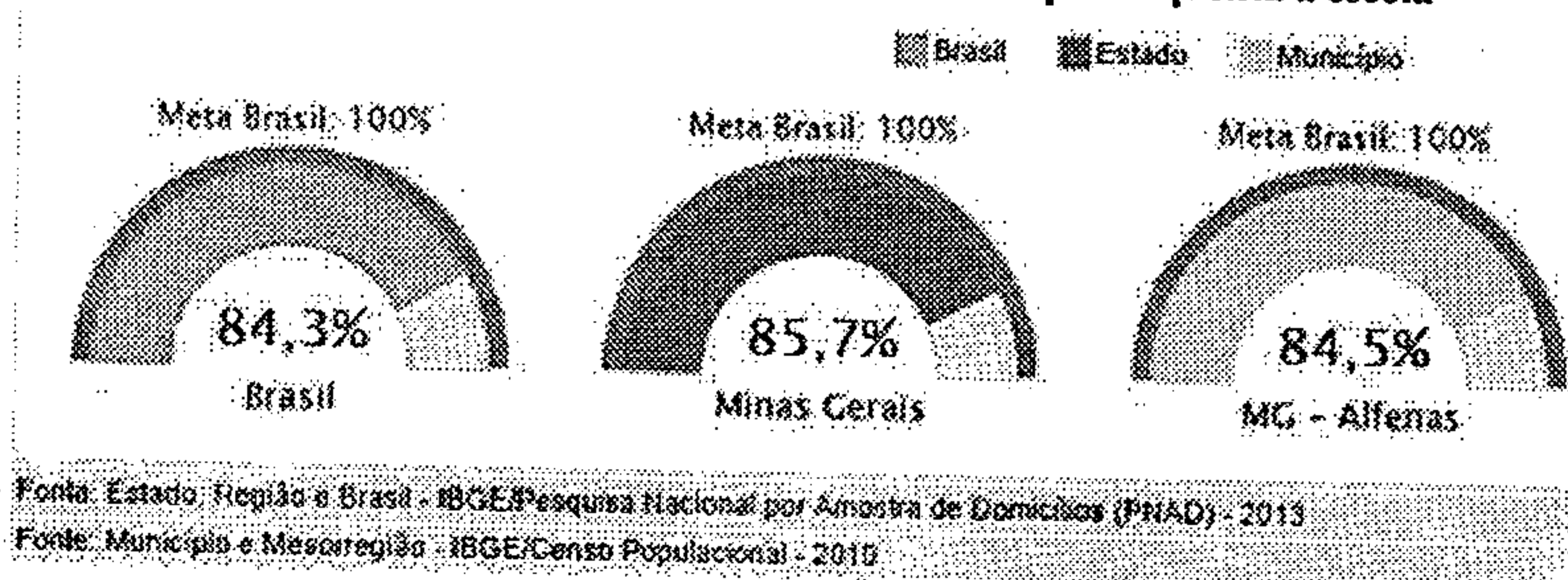


GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos

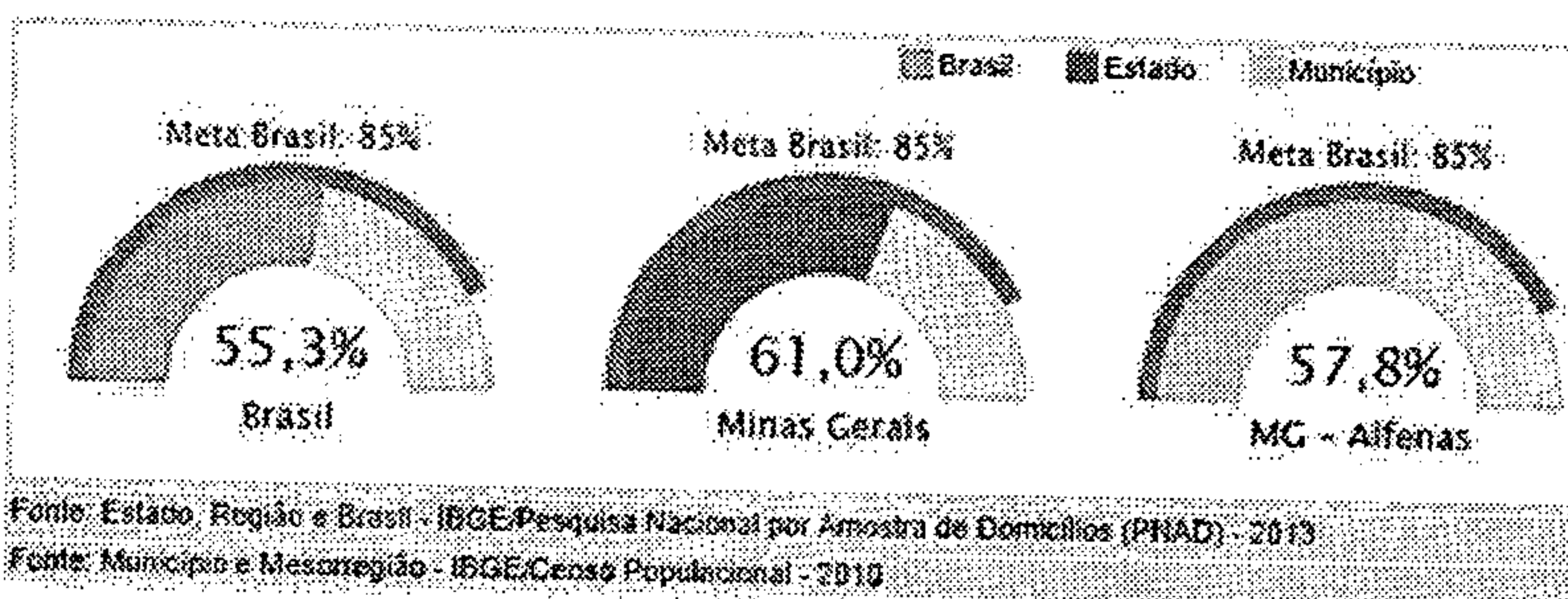


TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio

Ano	Distorção Idade-Série
2006	33,2
2007	27,2
2008	23,8
2009	23,7
2010	22,2
2011	21,2
2012	19,6
2013	20,7

3.2.1.4 Alfabetização

Em relação a esse tema, o PNE previu duas metas: a) meta 5: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”; b) meta 9: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

De acordo com os dados oficiais do ano de 2010, 93,5% de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental estão alfabetizadas. Acredita-se que atualmente o índice de alfabetizados ao final do 3º ano do ensino fundamental aumentou de maneira pouco significativa.

Em Alfenas, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, segundo dados de 2010, é de 94,2%. Assim, o município ultrapassou a meta estipulada nacionalmente de 93,5%. Também alcançou a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade de 21,2 %, ultrapassando a meta nacional de 15,3%.

GRÁFICO 19 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

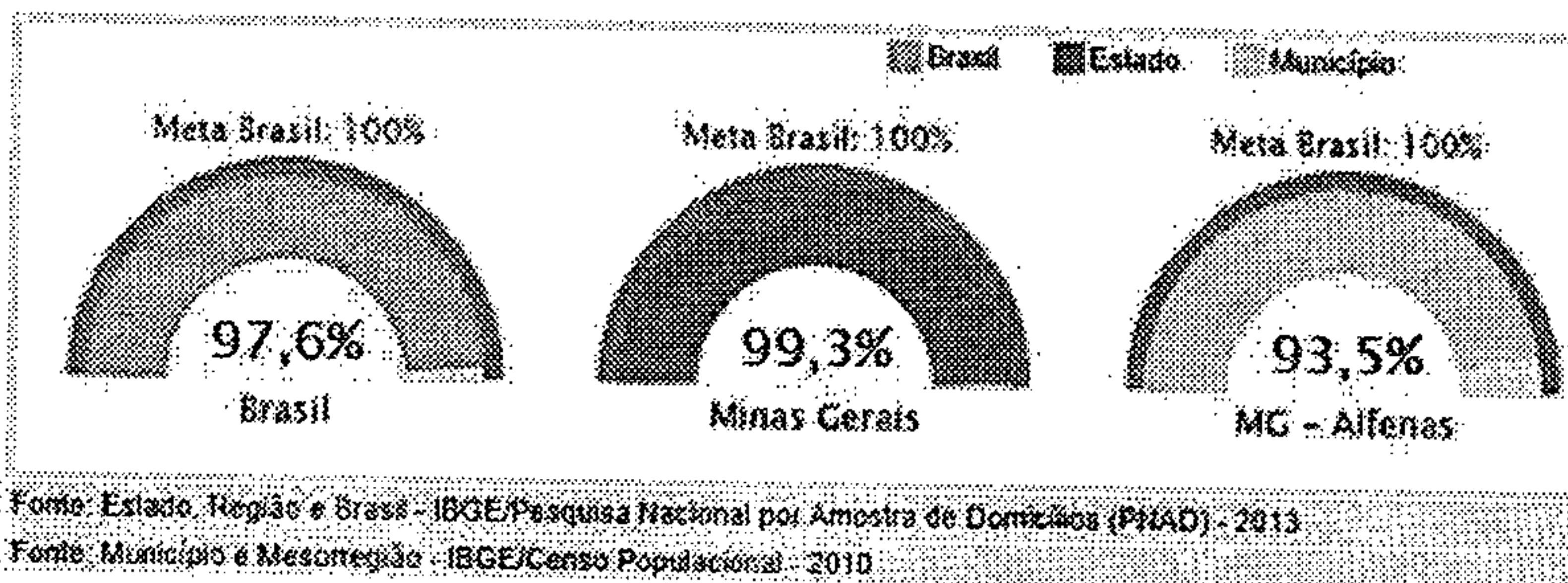


GRÁFICO 20 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

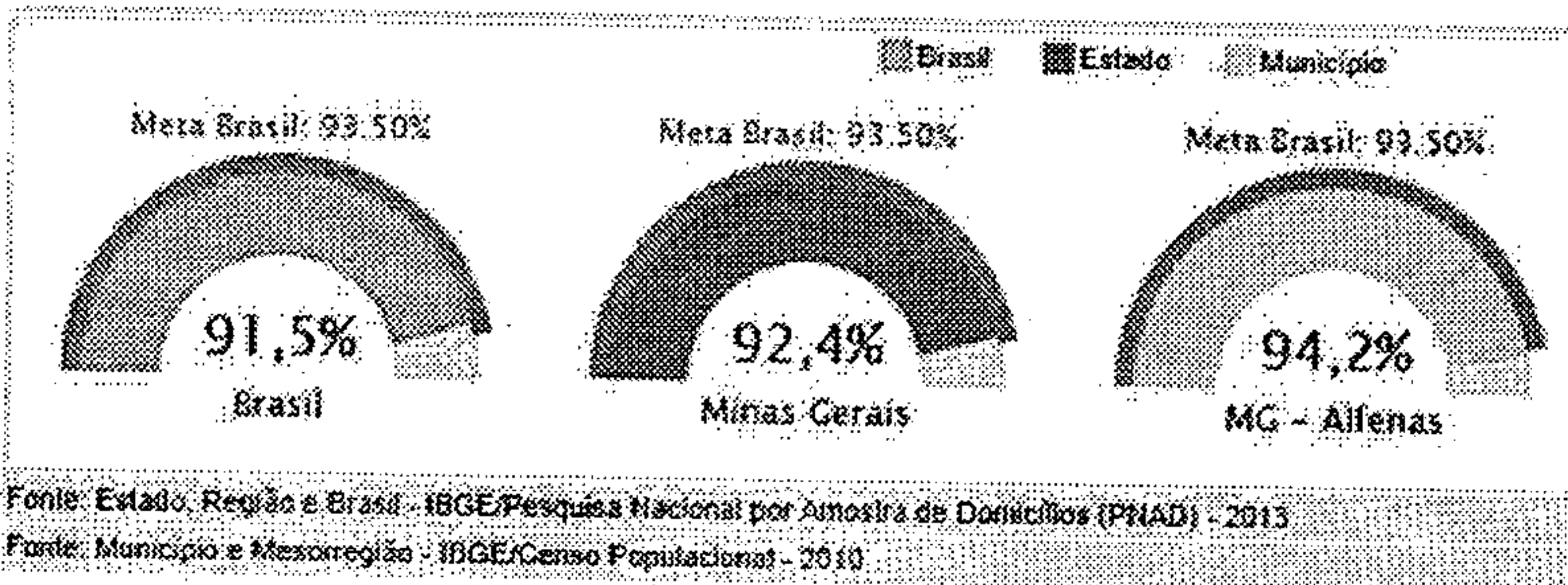
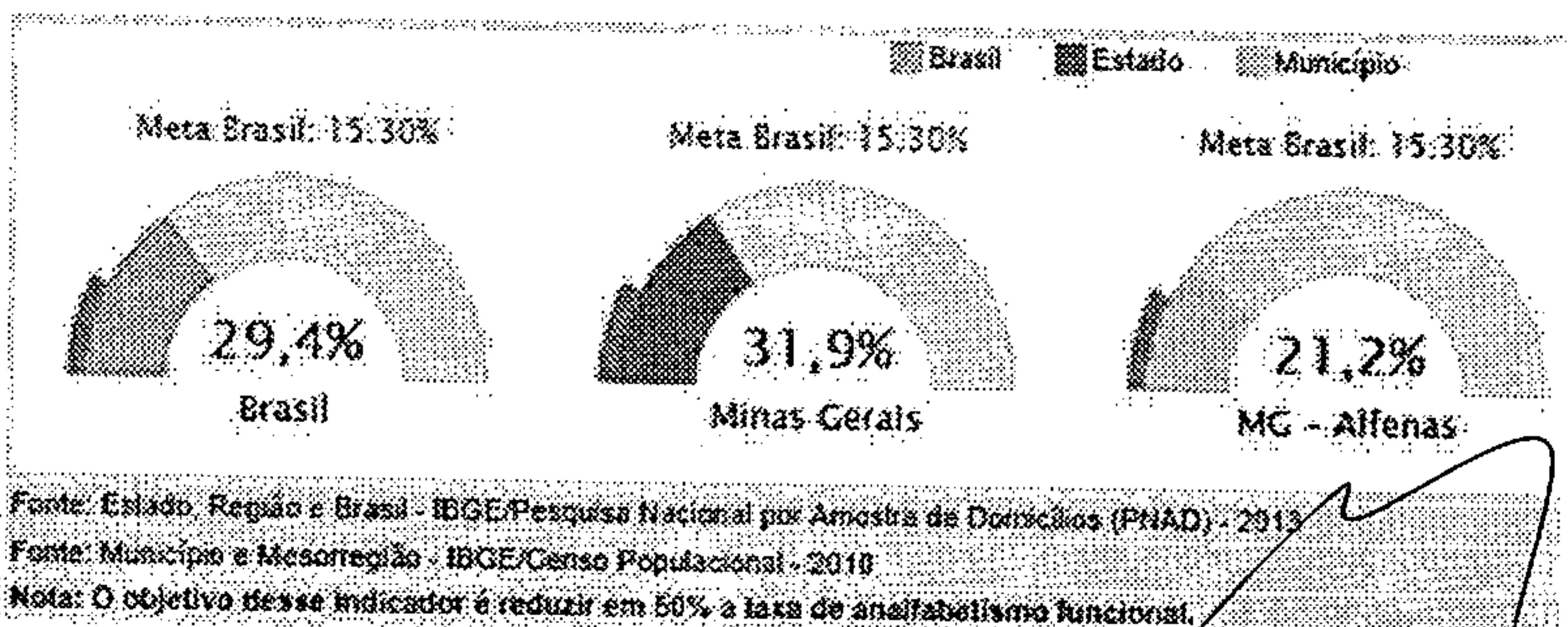


GRÁFICO 21 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



3.2.1.5 Educação em Tempo Integral

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 6: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Atualmente, 78,8% das escolas públicas de Alfenas oferecem pelo menos 7h em atividades escolares. Sendo que, 16,4% dos alunos permanecem pelo menos 7h em atividades escolares. Não atingindo a meta de frequência estipulada nacionalmente de 25%.

GRÁFICO 22 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares

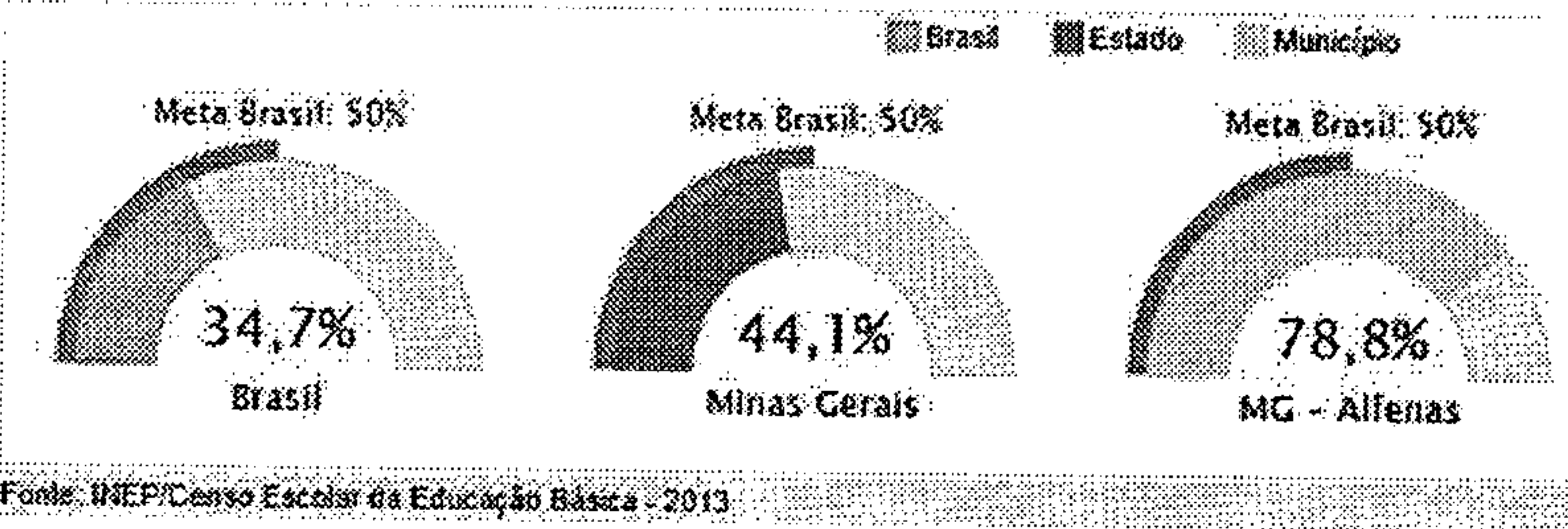
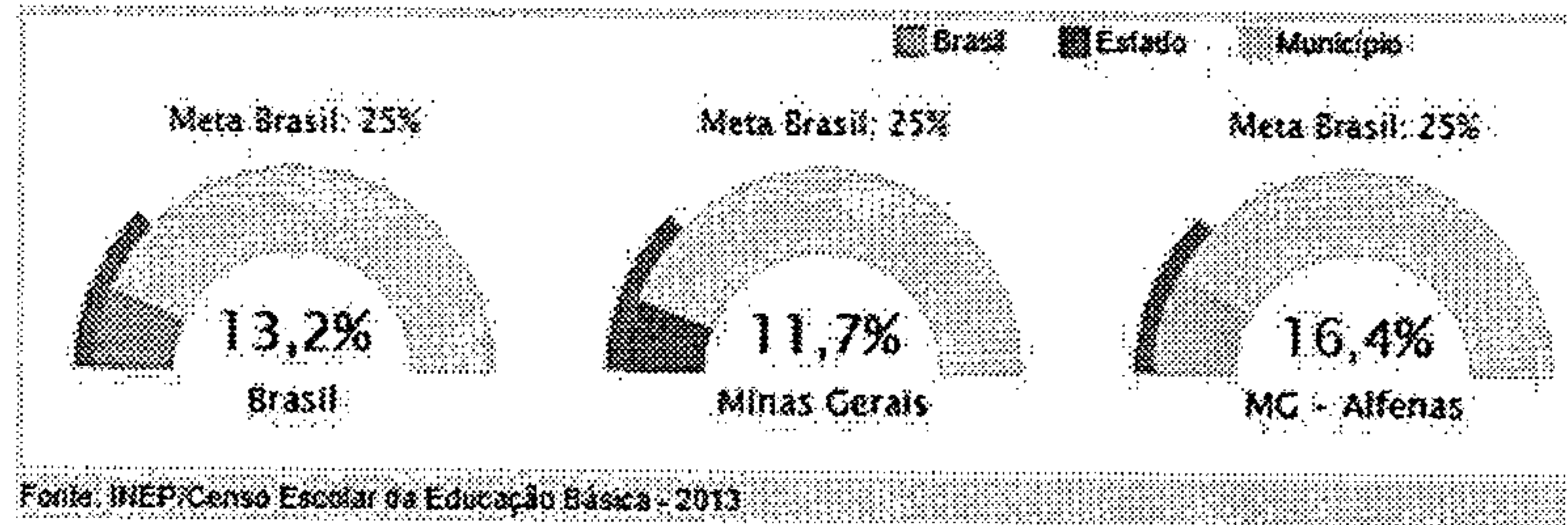


TABELA 5 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino

Ano	Crianças	Pré-Escola	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
2010	9,7	5,7	4,4	4,5	4,5
2011	10,2	5,7	4,4	4,6	4,5
2012	10,2	6	4,4	4,6	4,6
2013	10,3	5,9	4,4	4,5	4,6

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

GRÁFICO 23 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



3.2.1.6 Aprendizado Adequado na Idade Certa

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 7: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb”:

TABELA 6 – Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.

IDEB	2013	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,9	5,7	6,3
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,9	5,2	5,5
Ensino médio	4,1	4,7	5,0	5,3

Fonte: PNE (Lei nº13.005/2014).

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:
De acordo com os dados de 2013 os anos iniciais do ensino fundamental ultrapassaram a meta prevista para 2019, alcançando o índice de 5,9. Enquanto que os anos finais do ensino fundamental ultrapassaram a meta estipulada para 2021 alcançando o índice de 5,9. Já o ensino médio alcançou o índice de 3,6 não atingindo a meta prevista para 2013.

TABELA 7 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

Matrículas a	2005 a	2007 a	2008 a	2011 a	2012 a	2007 a	2008 a	2011 a	2012 a	2013 a	2014 a	2015 a	2016 a	2017 a	2018 a	2019 a
ALFENAS	44	48	50	50	50	44	44	50	54	57	60	62	63	64	65	66

Obs:
 * Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 ** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 *** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 **** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 ***** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

Fonte: INEP

TABELA 8 – IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública

Matrículas a	2005 a	2007 a	2008 a	2011 a	2012 a	2007 a	2008 a	2011 a	2012 a	2013 a	2014 a	2015 a	2016 a	2017 a	2018 a	2019 a
ALFENAS	32	36	38	40	42	32	32	40	42	45	48	50	52	54	56	58

Obs:
 * Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 ** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 *** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 **** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.
 ***** Dados de matrículas do Ensino Fundamental do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

Fonte: INEP

3.2.1.7 EJA Integrada à Educação Profissional

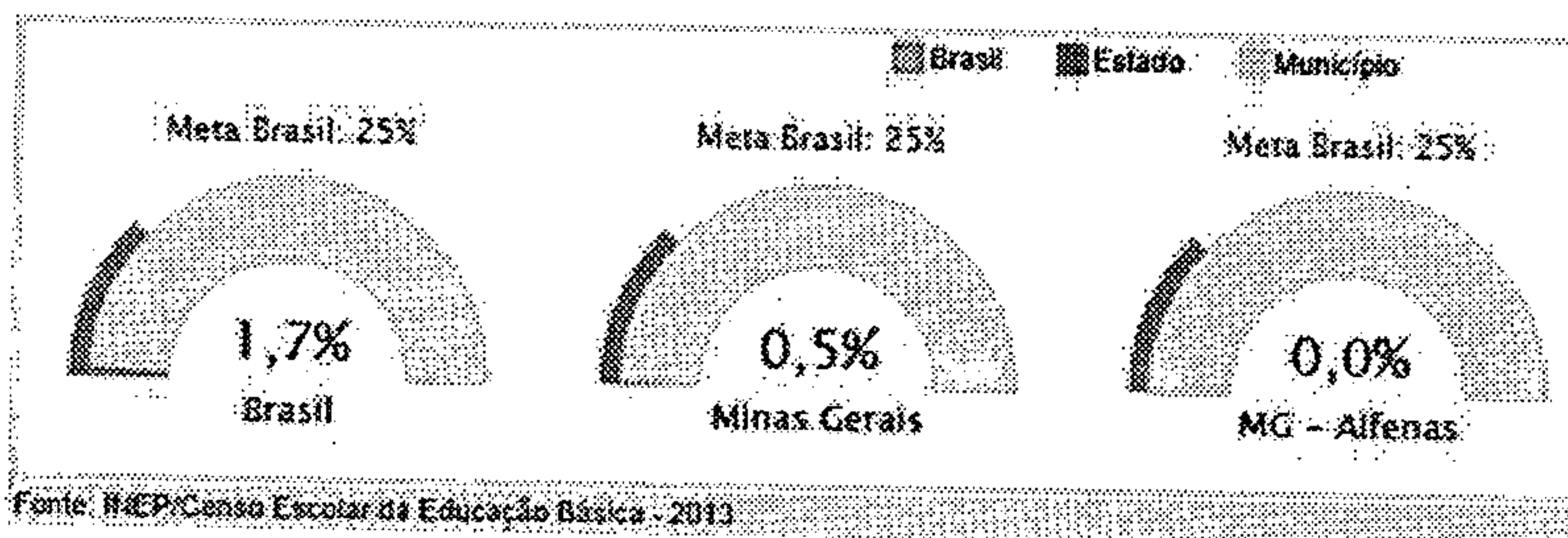
Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 10: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

O município não oferece educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.



GRÁFICO 24 – Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional



3.2.1.8 Educação Profissional

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 11: “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

De acordo com a análise dos dados oficiais a educação profissionalizante realizada concomitante e subsequente ao ensino médio vem declinando gradativamente com o passar do tempo.

TABELA 9 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	8	8	474
2008	8	2	268
2009	0	0	302
2010	0	239	184
2011	4	194	188
2012	8	33	323
2013	0	45	376

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 10 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede

Ano	Pública	Privada
2007	0	482
2008	0	258
2009	0	382
2010	0	423
2011	0	374
2012	0	356
2013	24	397

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 11 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade

Ano	Urbana	Rural
2007	482	0
2008	258	0
2009	382	0
2010	423	0
2011	374	0
2012	356	0
2013	421	0

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

3.2.2 Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no contexto das metas que dizem respeito à superação das desigualdades e à valorização das diferenças, caminhos imprescindíveis para a equidade.

3.2.2.1 Educação Especial / Inclusiva

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 4: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

De acordo com os dados do Censo Populacional de 2010, na página <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>, o percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola em Alfenas é de 86,8, sendo que no Brasil o percentual é de 85,8, na Região Sudeste é de 85,8, em Minas Gerais é de 85,8 e na região Sul e Sudoeste de Minas é de 85,1. Estes dados mostram que Alfenas está atendendo um percentual maior que todos os outros dados.

GRÁFICO 25 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola

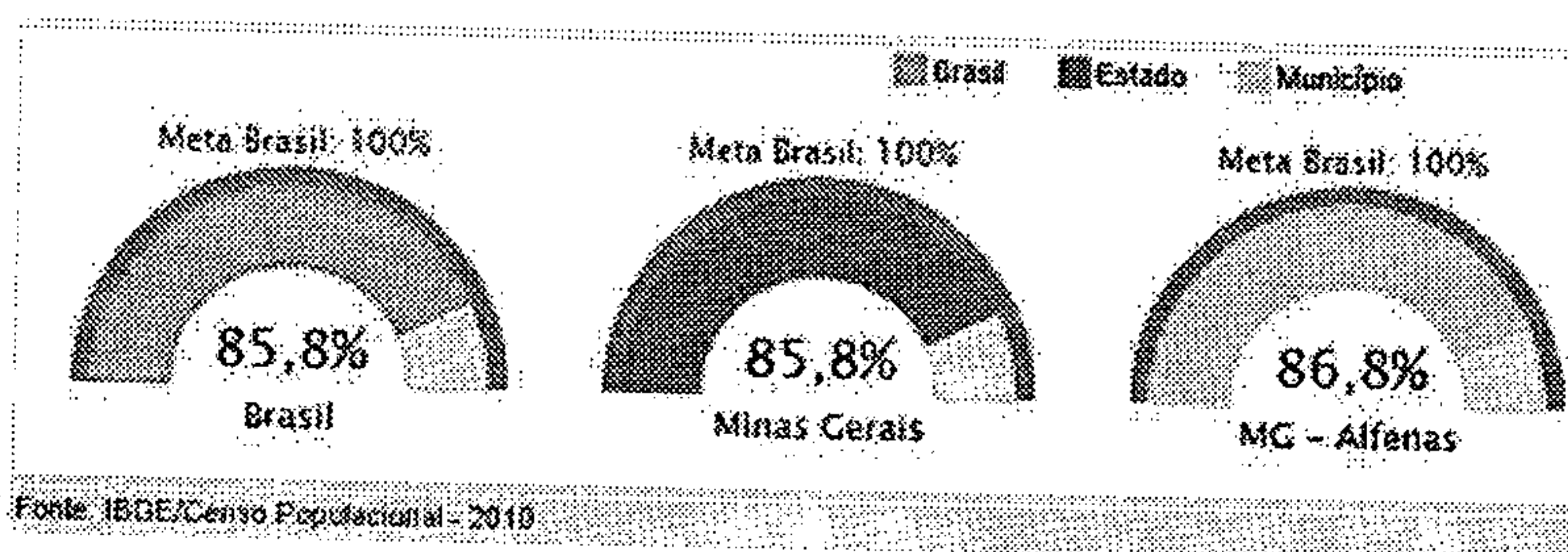


TABELA 12 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe

De acordo com os dados abaixo, percebe-se que houve um aumento na quantidade de alunos atendidos tanto em Escolas Exclusivas quanto em Classes Comuns no ano 2013.

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns
2007	0% 0	77,6% 376	27,4% 141
2008	0% 0	74,8% 303	25,2% 121
2009	0% 0	69,3% 263	19,7% 70
2010	0% 0	62,4% 267	37,6% 161
2011	0% 0	66,7% 320	31,3% 149
2012	0% 4	63,3% 322	36,7% 215
2013	0% 4	61,7% 374	38,3% 233

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

3.2.2.2 Elevação da escolaridade / diversidade

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 8: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

De acordo com os dados oficiais, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos é de 9,6 anos. Enquanto da população de 18 a 29 anos residente em área rural a média é de 7,0 anos. Já a escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres é de 7,9 anos. Portanto, não alcançou a média de 12 anos.

GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

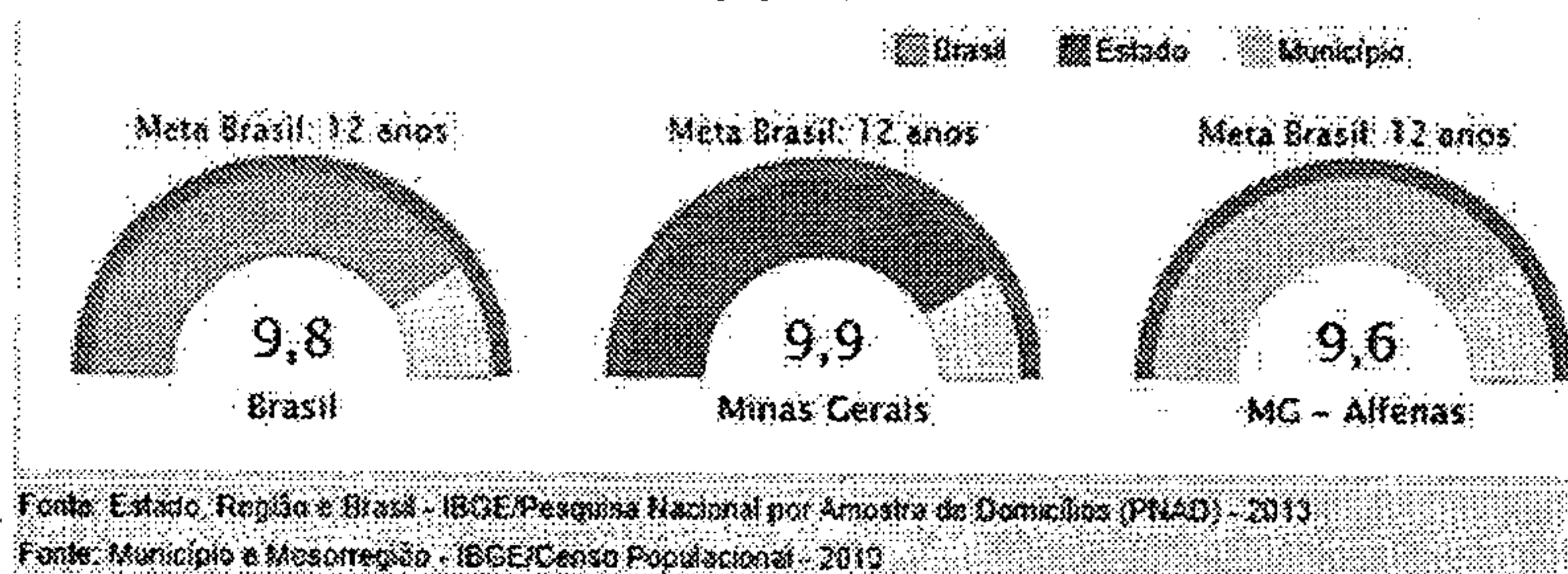


GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

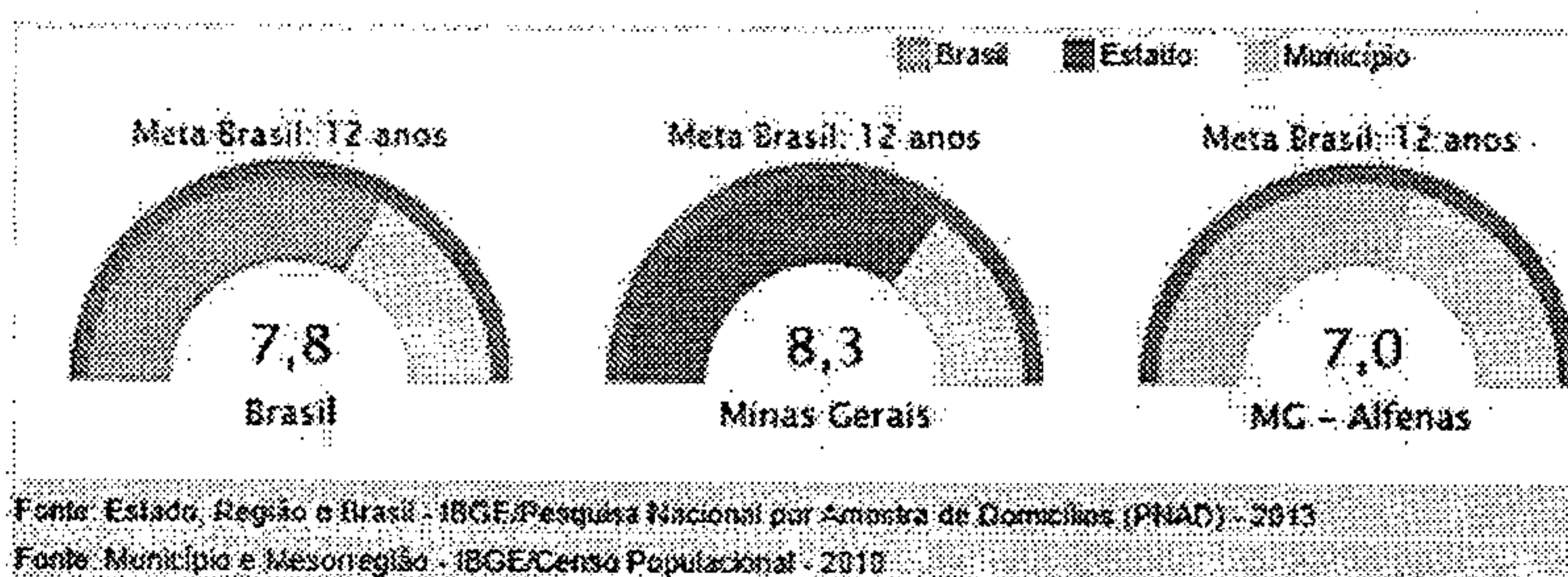


GRÁFICO 28 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres

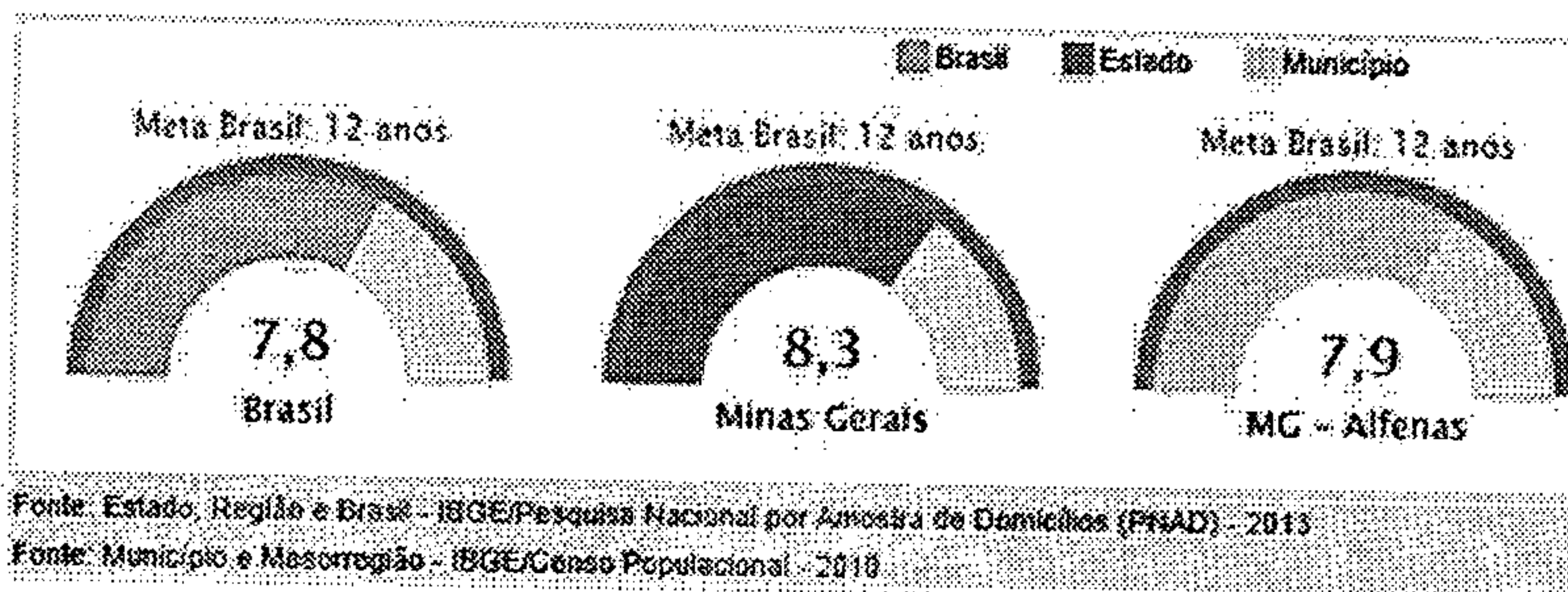
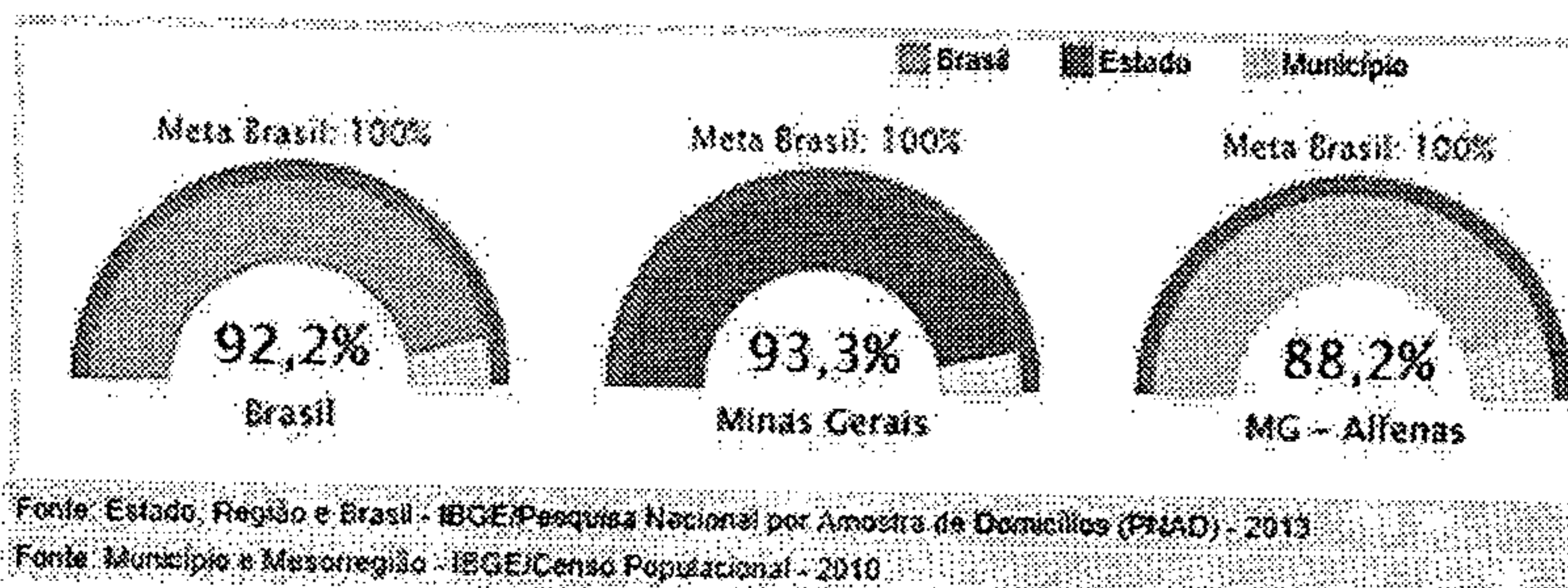


GRÁFICO 29 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos



3.2.3 Valorização dos Profissionais da Educação

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam da valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as demais sejam atingidas.

3.2.3.1 Formação dos Professores

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 15: “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”

TABELA 13 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

Ano	Com superior	Sum licenciatura	Com licenciatura
2007	32,1% 761	19,7% 46	32,4% 763
2008	69,9% 760	6,5% 73	63,8% 706
2009	90,3% 778	7% 80	63,1% 719
2010	88,8% 763	7,3% 89	60,9% 696
2011	88,7% 770	8,4% 111	60,3% 679
2012	69,4% 776	7,8% 85	61,6% 763
2013	87,7% 752	7,2% 84	60,4% 701

Fonte: Secretaria de Educação Básica. Produção: Centro de Apoio Educacional.

TABELA 14 – Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam

Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	100% 254	91,7% 752	62,3% 158	37,8% 95
2010	100% 246	93,8% 755	75,2% 763	62,9% 132
2011	100% 275	96,8% 267	92,6% 251	70,6% 198
2012	100% 263	93,9% 769	89,8% 235	67,7% 173
2013	100% 260	96,9% 254	83,1% 216	67,9% 152

Fonte: Secretaria de Educação Básica. Produção: Centro de Apoio Educacional.

Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	100% 131	95,3% 175	32,6% 33	21% 30
2010	100% 192	95,8% 184	51,6% 99	36,3% 39
2011	100% 239	97,3% 232	60,3% 197	61,9% 140
2012	100% 214	99,5% 213	60,4% 172	61,2% 131
2013	100% 213	97,7% 206	75,4% 161	62% 130

Fonte: Secretaria de Educação Básica. Produção: Centro de Apoio Educacional.

3.2.3.2 Formação Continuada e Pós-Graduação

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 16: “Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

GRÁFICO 30 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Ano	Total do indicador
2007	42,5% 327
2008	45,7% 365
2009	43,8% 372
2010	41,2% 364
2011	42% 365
2012	41,1% 363
2013	39,1% 341

Fonte: Ministério da Educação (Censo Educacional); Projeções: Instituto de Educação

TABELA 15 – Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação

Ano	Especialização	Mestrado	Doutorado
2007	39,8% 321	0,2% 1	0% 0
2008	45,5% 365	0,7% 6	0,2% 2
2009	43,1% 372	0,5% 6	0,1% 1
2010	40,5% 363	0,9% 8	0% 0
2011	41,3% 365	1,2% 10	0,1% 1
2012	40,4% 361	1% 9	0,1% 1
2013	38,1% 321	1,1% 10	0,1% 1

Fonte: Ministério da Educação (Censo Educacional); Projeções: Instituto de Educação

3.2.3.3 Remuneração do Magistério

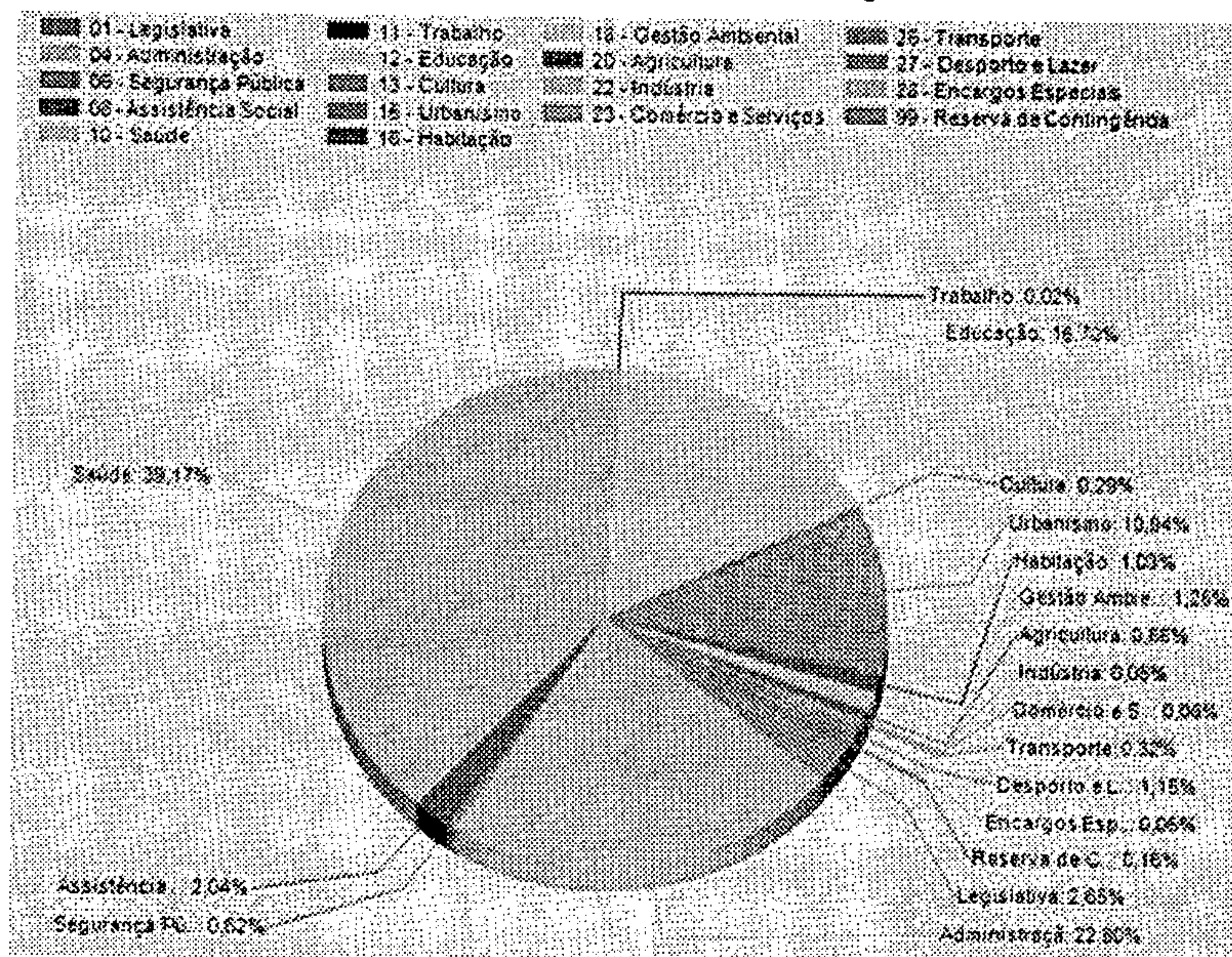
Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 17: “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”

GRÁFICO 31 - Remuneração média dos professores de 2010 a 2014.

Carreira I (24 horas) – 2010: R\$ 826,80
Carreira I (24 horas) – 2014: R\$ 1.117,14
Carreira II (24 horas) – 2010: R\$ 1.034,00
Carreira II (24 horas) – 2014: R\$ 1.464,15
Carreira I (44 horas) – 2010: R\$ 1.896,68
Carreira I (44 horas) – 2014: R\$ 2.685,08

Fonte: Prefeitura Municipal

GRÁFICO 32 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo



Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados

3.2.3.4 Plano de Carreira

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 18: “Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Em 03 de dezembro de 2010, foi sancionada a Lei nº 4,213, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação.

O referido Plano é um conjunto de regras e normas, que estabelece os mecanismos de gestão de pessoal nas escolas públicas municipais afim de proporcionar o desenvolvimento profissional.

É um importante instrumento gerencial para as questões relacionadas a remuneração e carreira profissional dentro dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal.

Permite ao servidor enxergar a trajetória que tem pela frente em termos de evolução salarial e sua perspectiva na carreira através do desenvolvimento profissional e de sua atuação dentro do ambiente de trabalho, seguindo até sua aposentadoria.

3.2.4 *Ensino Superior*

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam do ensino superior e de pós-graduação.

Em relação a esse tema, o PNE previu três metas: a) meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”; b) meta 13: “Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35%

[illegible]


UNIFENAS
Associação dos Faltantes do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental
Fundada em 02/02/2001, Lei 157/2001

Aloriza, 7 de abril de 2015.

Ofício nº: 041/2015
 Origem: Secretaria Acadêmica
 Assunto: Solicitação de estatísticas

Senhor Superintendente,

Em respeito ao nosso compromisso e fidelidade com a 1ª Edição do Plano de Ação, no dia 25/3/2015, informamos que a Universidade José do Rosário Vellozo (UNIFENAS) possui 8.293 alunos matriculados a nível de ensino médio, sendo 323 (trezentos e vinte e três) professores, sendo 210 (duzentos e dez) docentes, 252 (duzentos e cinquenta e dois) docentes e 125 (cento e vinte e cinco) docentes.

Respeitosamente,


 Evângela Maria de Carvalho
 Secretária Acadêmica
 UNIFENAS

Para: Sr.
 Marcelo Antônio Passa Lemos
 Secretário Municipal de Educação e Cultura de Aloriza
 Av. do Litoral, 1000, 2115, Centro
 37.125-000, Aloriza-MG

UNIFENAS - Associação dos Faltantes do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental - 157/2001 - Lei 157/2001

3.2.5 Gestão Democrática e Participação Social

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida da gestão democrática e da participação social.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 19: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”

Descrição da Despesa	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1 - Despesa com Pessoal	R\$ 10.807.058.394,00	R\$ 10.320.210.006,00	R\$ 11.332.273.408,00	R\$ 13.208.241.084,00	R\$ 14.846.226.319,20	R\$ 15.862.741.518,50
Despesa Pessoal-1	R\$ 8.809.229.881,00	R\$ 8.531.318.626,00	R\$ 9.671.488.403,00	R\$ 11.680.762.963,00	R\$ 13.254.898.587,00	R\$ 14.392.762.000,00

ANÁLISE

1 - Evolução da Despesa com Pessoal em relação ao período da referência

2 - Comparação da Despesa Pessoal (Pessoal Técnico, Administrativo, Educacional, de Serviços e Outras Despesas Correntes) em relação ao período da referência

3 - Evolução da Despesa com Pessoal em relação ao período da referência

Ano	Despesa com Pessoal (R\$)	Despesa Anunciada (R\$)
2006	10.807.058.394,00	10.807.058.394,00
2007	10.320.210.006,00	10.320.210.006,00
2008	11.332.273.408,00	11.332.273.408,00
2009	13.208.241.084,00	13.208.241.084,00
2010	14.846.226.319,20	14.846.226.319,20
2011	15.862.741.518,50	15.862.741.518,50
2012	16.878.256.717,00	16.878.256.717,00
2013	17.893.762.000,00	17.893.762.000,00

NOTAS:

1 - Evolução da Despesa com Pessoal em relação ao período da referência

2 - Comparação da Despesa Pessoal (Pessoal Técnico, Administrativo, Educacional, de Serviços e Outras Despesas Correntes) em relação ao período da referência

3 - Evolução da Despesa com Pessoal em relação ao período da referência

Prezando com o TCE
União Transparente

Transparência Ativa

RELACÃO DE GASTOS COM EDUCAÇÃO POR MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2014

Município	Valor	Considerando até
Alameda dos Cariacás	R\$ 4.472.310,71	Dezembro
Alambaré	R\$ 10.166.886,35	Dezembro
Almeida	R\$ 2.893.672,73	Dezembro
Almeida	R\$ 3.056.787,17	Dezembro
Almeida	R\$ 3.666.284,93	Dezembro
Almeida	R\$ 19.387.557,55	Dezembro
Almeida	R\$ 3.263.543,59	Dezembro
Almeida	R\$ 2.615.792,62	Dezembro
Almeida	R\$ 3.066.291,82	Dezembro
Almeida	R\$ 37.870.766,22	Dezembro
Almeida dos Cariacás	R\$ 3.312.602,94	Dezembro
Almeida	R\$ 20.788.876,82	Dezembro
Almeida	R\$ 2.846.775,12	Dezembro
Almeida	R\$ 7.227.175,81	Dezembro

Fonte: TCE - MG

REFERÊNCIAS

Os dados e indicadores utilizados no presente diagnóstico são oficiais e públicos, estando disponíveis para consulta nos sites abaixo:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

<http://ideb.inep.gov.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

<http://www.tce.mg.gov.br>

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several sweeping, connected strokes.